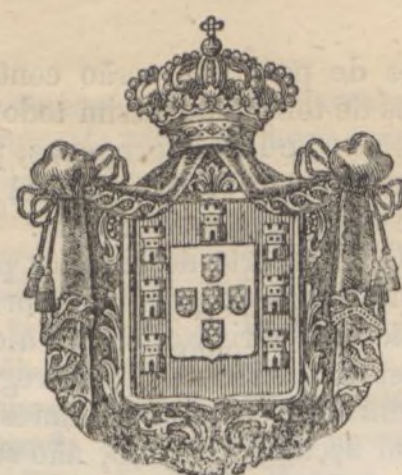


ASSIGNATURAS

Por um anno	10\$000
Por seis mezes	5\$600
Por tres mezes	3\$000
Avulso por folha	3040
Anuncios, por linha	3060

A correspondencia official da capital deve ser dirigida ao escriptorio do DIARIO DE LISBOA, na imprensa nacional, donde igualmente se deve remetter, *franca de porte*, a correspondencia das provincias, assim como os periodicos que trocarem com o DIARIO DE LISBOA.

Anunciam-se todas as publicações litterarias, de que se recebem dois exemplares.



DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ

ASSIGNATURAS

Por um anno	12\$000
Por seis mezes	6\$600
Por tres mezes	3\$600
Communicados e correspondencias, por linha	3060

A correspondencia das provincias, assim a official como a particular, ou seja para realisar assignaturas da folha, ou para a publicação de editaes, annuncios ou communicados, deve vir acompanhada da importância das assignaturas ou do preço das publicações pedidas, sem o que não se lhe dará destino. Os annuncios serão dirigidos á loja da venda do DIARIO DE LISBOA, rua Augusta n.º 224 e 226.

Suas Magestades e Suas Altezas passam sem novidade em sua importante saude.

PARTE OFFICIAL

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO

DIRECÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO POLITICA

2.ª Repartição

Tendo Sua Magestade El-Rei resolvido assistir á festividade de Reis, que ha de celebrar-se na igreja do convento das religiosas da Estrella pelas onze horas da manhã do dia 6 do proximo mez de janeiro: assim se annuncia, em conformidade do decreto de 8 de novembro de 1843, aos titulares e mais pessoas que formam a corte, para que no mencionado dia, e á hora indicada, se achem n'aquelle templo, a fim de acompanharem o mesmo Augusto Senhor na referida solemnidade. Faça das Necessidades, em 31 de dezembro de 1859.—*Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.*

DIRECÇÃO GERAL DE INSTRUÇÃO PUBLICA

3.ª Repartição

Pela direcção geral de instrucção publica no ministerio do reino se hão de prover, precedendo concurso de sessenta dias, que principiará em 7 do corrente mez, perante os commissarios dos estudos respectivos, as cadeiras de instrucção primaria (1.ª grau) da Mealhada, no districto d'Aveiro—Freixadas, no da Guarda—Alhos Vedros, Coima, Manique do Indatendente, Paio Pires, Sant'Anna da Carnota e Villa Verde dos Francos, no de Lisboa—e freguezia de Santa Maria do Salto, no de Villa Real: cada uma dellas com o ordenado annual de 90\$000 réis, pagos pelo thesouro publico, e 20\$000 réis pela camara municipal respectiva.

Os que pretendem ser providos nas ditas cadeiras se habilitarão com certidão de idade de vinte e um annos completos, attestados de bom comportamento moral, civil e religioso, passados pelo parcho, pela camara municipal e pelo administrador do concelho ou concelhos onde tiverem residido os ultimos tres annos; certidão de folha corrida e de isenção do serviço militar, na conformidade da lei de 27 de julho de 1855; e documento por onde provem que não padecem molestia contagiosa; tudo reconhecido e sellado. E logo que finde o prazo acima marcado lherá ser assignado dia e hora para os exames, na forma do regulamento respectivo, e do programma abaixo publicado.

Direcção geral de instrucção publica, 4 de janeiro de 1860.—O conselheiro director geral, *José Maria d'Almeida.*

PROGRAMMA PARA OS EXAMES DO PRIMEIRO GRAU DE INSTRUÇÃO PRIMARIA

- 1.ª—Historia sagrada, doutrina christã, civilidade.
- 2.ª—Grammatica geral e portugueza.—Principios geraes, regencia e analyse grammatical.
- 3.ª—Leitura.—De prosa, de verso, de letra de mão, de letras antigas.
- 4.ª—Calligraphia.—Forma de letra, conhecimento das suas diferentes especies.
- 5.ª—Orthographia pratica, regras geraes d'ella.
- 6.ª—Arithmetica.—Pratica das operações de inteiros, quebrados e decimales, rasões, proporções e regras de tres, systema legal de pesos, medidas e moedas; systema metrico decimal.
- 7.ª—Methodo pratico de ensinar.—A ler, a escrever, a contar.
- 8.ª—Resposta por escripto a um quesito, que tenha relação com alguma das materias do exame.
- 9.ª—Resolução por escripto de duas questões arithmeticas.

Pela direcção geral de instrucção publica no ministerio do reino se hão de prover, precedendo concurso de sessenta dias, que principiará em 7 do corrente mez, perante o commissario dos estudos do districto de Beja, a cadeira de instrucção primaria, para o sexo feminino, da villa de Ourique com o ordenado annual de 50\$000 réis, pagos pelo thesouro publico, e de 100\$000 réis, pela camara municipal dos rendimentos das capellas que administra.

As que pretendem serem providas na dita cadeira se habilitarão com certidão de idade de trinta annos completos; attestados de bom comportamento moral, civil e religioso, passados pelo parcho, pela camara municipal, e pelo administrador do concelho ou concelhos, onde tiverem residido os ultimos tres annos; certidão de folha corrida; e documento por onde provem que não padecem molestia contagiosa; tudo reconhecido e sellado. E logo que finde o prazo acima marcado, lherá ser assignado dia e hora para os exames na forma do regulamento respectivo, e do programma abaixo publicado. Direcção geral de instrucção publica, 4 de janeiro de 1860.—O conselheiro director geral, *José Maria d'Almeida.*

PROGRAMMA PARA OS EXAMES DAS MESTRAS DAS ESCOLAS DE MENINAS

- 1.ª—Noções de historia sagrada, doutrina christã, civilidade.
- 2.ª—Leitura.—De prosa, de verso, de letra de mão.
- 3.ª—Forma de letra.
- 4.ª—Principios geraes de grammatica portugueza.
- 5.ª—Orthographia pratica.
- 6.ª—Arithmetica.—Pratica das quatro operações, elementos do systema metrico decimal.
- 7.ª—Methodo pratico de ensinar.—A ler, a escrever, a contar.
- 8.ª—Resposta por escripto a um quesito que tenha relação com alguma das materias do exame.
- 9.ª—Resolução por escripto de uma questão arithmetica.
- 10.ª—Lavoros.—Fiar, fazer meia, cozer, bordar de branco e de cor, talhar.

Errata—No *Diario de Lisboa*, n.º 1, de 2 de janeiro de 1860, fl. 1, col. 2.ª, linha 27—deve ler-se—Com certidão de idade de trinta annos completos—.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

DIRECÇÃO GERAL DA THESOURARIA

Em continuação do annuncio inserto no *Diario de Lisboa*, n.º 52, publica-se que se expediram as

ordens necessarias para o pagamento no dia 7 do corrente dos vencimentos do mez de dezembro de 1859 das seguintes classes: 1.ª—Camara dos dignos pares, Camara dos senhores deputados, Relação de Lisboa, Tribunales do commercio, Estado-maior do exercito, Supremo conselho de justiça militar, Sé de Lisboa, Majoria-general, Estado-maior da 1.ª divisão militar, Direcção geral da thesouraria do ministerio da fazenda, em 4 de janeiro de 1860.—*Joaquim José do Nascimento Lupi.*

VENDA DE BENS NACIONALES

NA CONFORMIDADE DOS DECRETOS DE 30 DE AGOSTO E 21 DE OUTUBRO DE 1852,

COM APLICACÃO AO CAMINHO DE FERRO DO NORTE

Em cumprimento dos referidos decretos se annuncia que vão andar em praça as propriedades constantes da seguinte lista, para se proceder á sua arrematação no dia abaixo designado, pelo maior lance que se offerecer; devendo o seu pagamento verificar-se nos cofres respectivos, dentro de trinta dias, pela forma seguinte: metade em moeda corrente e metade em titulos de divida fundada interna ou externa, pelo seu valor nominal, nos termos do referido decreto de 21 de outubro e do de 18 de dezembro de 1852, que reduziu a 3% o juro de toda a divida fundada; sendo porém livre aos arrematantes pagar em prestações e nas mesmas especies de moeda, entregando a primeira terça parte dentro do mesmo prazo, e aceitando letras pelas restantes a um, dois e tres annos, com o juro annual de 5 por cento, conforme o artigo 7.º do mesmo decreto; ficando os mesmos arrematantes, no caso de falta, responsaveis pelo prejuizo que resultar á fazenda nacional da nova praça a que as propriedades serão levadas; bem como inibidos de lançar nellas: tudo em conformidade com a respectiva legislação, cuja observancia foi suscitada pela portaria do ministerio da fazenda de 21 de agosto de 1857 e mais disposições posteriores.

Lista 1230-A

ARREMATACÃO PERANTE OS GOVERNADORES CIVIS DOS DISTRICTOS ABAIXO DECLARADOS

NO DIA 13 DE FEVEREIRO DE 1860

Diversas formas

Artigo 6.º do decreto de 29 de dezembro de 1846

3.ª forma

DISTRICTO DE BRAGANÇA

CONCELHO DE MOURGOVO

Reforma da lista 1216-A

Bens adjudicados á fazenda nacional por execução, feita a Antonio Rodrigues Garcia

Avaliações com o abatimento de duas quintas partes

27759 Uma soalheira com sua oliveira e anendadeiras, no Val de Joannares: parte do nascente com João d'Azevedo, e do poente com Domingos João, 8\$000 réis—4\$800.

27760 Uma terra com oliveiras, no Val de Joannares: parte do nascente com Luiz José Pimenta, e do poente com caminho do concelho, 12\$000 réis—7\$200.

27761 Duas oliveiras, nos Abobeiros do Val de Joannares, em terra de Gabriel de Moraes, 4\$000 réis—2\$400.

27762 Uma terra, no sitio do Lado: parte do nascente com José Antonio Tança, e do poente com Domingos Callejão, 3\$000 réis—1\$800.

27763 Uma terra com oliveiras, no olival do Fernandes: parte do nascente com a viúva de José Ruivo, e do poente com Manuel Rodrigues Panty, 7\$000 réis—4\$200.

27764 Uma terra á Foz das Formeas: parte do nascente com Luiz José Pimenta, e do poente com José da Encarnação, 4\$000 réis—2\$400.

27765 Uma terra, á casa do Clerigo: parte do nascente com João Manuel dos Reis, e do poente com João Monteiro, 5\$000 réis—3\$000.

27766 Tres castanheiros, no Cansello de baixo, 6\$000 réis—3\$600.

27767 Tres oliveiras, no Poço do Olival de João Pires, 6\$000 réis—3\$600.

27768 Uma terra com uma oliveira, no sitio do Arroio: parte do nascente com o moineiro de Ilgares, e do poente com João Lourenço, 3\$000 réis—1\$800.

27769 Duas amoreiras, á Fonte Nova, em terras do concelho, 3\$000 réis—1\$800.

27770 Metade de um tapado mixto com Antonio Marcelino Monteiro, no sitio da Fontinha, 25\$000 réis—15\$000.

27771 Um quintal, ás Eirinhas: parte do nascente com Luiz José Pimenta, e do poente com o padre Thomé, 13\$000 réis—7\$800.

27772 Uma amoreira, que fica fóra da tapada de Luiz José Pimenta, 5\$000 réis—3\$000.

27773 Uma dita, que fica dentro do quintal de Luiz José Pimenta, 2\$000 réis—1\$200.

27774 Uma tapada, no sitio do Poço: parte do nascente com Manuel Quiterio, e do poente com Domingos João, 1\$200 réis—720.

27775 Uma terra, a Martins Pires: parte do nascente com Luiz José Pimenta, e poente com Xavier Luidinho, 1\$200 réis—720.

27776 Uma terra, no Segadonha: parte do nascente com a Neves de João Francisco, e do poente com Lourenço Mango, 1\$200 réis—720.

27777 Uma terra, na canada do Castanheirinho: parte do nascente com José Lourenço, e do poente com José Teixeira, defronte do olival do Paulo, 1\$600 réis—960.

3.ª forma

Reforma da lista 1195-A

Bens que foram de Manuel Pestana de Castro.

27789 Um predio de terra com seus castanheiros, no sitio da Ribeira Seca: parte pelo norte com José Pereira, sul com a Ribeira, leste com João Francisco de Oliveira e Vasconcellos, e oeste com Francisco José de Andrade: tem de medição vinte cannas, 5\$000 réis—3\$000.

27790 Um pedaço de terra semeada, no sitio do pé da Rocha, sem agua: parte do norte com Aguiar, sul, leste e oeste com terras de Manuel de Sousa Dromond: tem de medição doze cannas, 4\$000 réis—2\$400.

27791 Um predio de terra semeada, no sitio do Ribeiro do Paço, com agua do Ribeiro: parte do norte com o Ribeiro, e Francisco Theodor de Andrade, sul e oeste com Archio Antonio de Andrade, e leste com o outro Ribeiro: tem de medição dezoito cannas, 8\$000—4\$800.

27792 Um pedaço de terra baldia, situada no Poio das Abertonas, que parte do norte com a Rocha, sul com herdeiros de João Francisco, leste com os ditos de Antonio Francisco, e pelo oeste com os herdeiros de João Francisco; tem de medição quatro varas, 400 réis—240.

27793 Um pedaço de terra no sitio da Ribeira do Paço, composto de arvores de fructo, com agua na fôrma do giro da Levada do Lombo: parte do norte, sul e oeste com José de Freitas, e leste com Eusebia Maria, viúva; tem de medição uma maquia, livre e sem pensão, 5\$000 réis—3\$000.

Somma R.º 415\$200

Segunda repartição da direcção geral dos proprios nacionaes, 4 de janeiro de 1860.—*Antonio Augusto Pereira da Silva.*

4.ª forma

DISTRICTO DE CASTELLÓ BRANCO

CONCELHO DE CASTELLÓ BRANCO

Reforma da lista 1216-A

Bens da commenda de S. Martinho no lugar de Lardosa

Avaliações com o abatimento de tres quintas partes

27778 Um chão, no sitio do Ribeiro do Pontão, que parte pelo norte com Possidonio, do Escalão de cima, sul com o chão de Manuel José Reto, nascente com o ribeiro, e poente com estrada que vai para Castello Branco, e com terra da commenda da que está da parte do fóra; avaliada com os respectivos pastos em 400\$000 réis—160\$000.

27779 Uma morada de casaa, na rua da Igreja,

do lugar de Lardosa, que servia de tulha, e parte com a rua publica, com José Duarte, com casa da mesma commenda, e cemiterio, 40\$000 réis—16\$. 27780 Dita, na mesma rua, partindo com a antecedente, e que tambem servia de tulha, 40\$000 réis—16\$000.

Somma R.º 255\$720

Segunda repartição da direcção geral dos proprios nacionaes, 3 de janeiro de 1860.—*Antonio Augusto Pereira da Silva.*

Lista 1231-A

ARREMATACÃO PERANTE O GOVERNADOR CIVIL DO DISTRICTO ABAIXO DECLARADO

NO DIA 14 DE MARÇO DE 1860

Diversas formas

Artigos 6.º e 7.º do decreto de 29 de dezembro de 1846

10.ª forma—artigo 7.º

DISTRICTO DO FUNHAL

CONCELHO DA CAMARA DE LÓBOS

Reforma da lista 1192-A

Bens adjudicados á fazenda nacional, por execução feita a Antonio Nicolau Gonçalves Henriques

Avaliações com o abatimento de nove decimas partes

27781 Uma porção de terra no sitio da Cruz e beneficiarias, que tem de medição 17 maquias de terra: confronta pelo norte e leste com Germano Francisco Dêe, sul com terra do mesmo executado, oeste com Antonio Francisco de Barros: paga de fóra a João da Camara Lemo 400 réis, 432\$600 réis—43\$260.

3.ª forma—artigo 6.º

CONCELHO DO FUNHAL

Bens que foram de João Anastácio da Silva Pinto

Avaliações com o abatimento de duas quintas partes

27782 Uma casa de sobrado, sita no beco dos Arrifes, freguezia de S. Pedro, que confronta pelo norte com o tenente José Joaquim de Freitas, sul com João Maria Ferraz, leste com Anna Joaquina Rodrigues e Antonio de Andrade, e oeste com o dito beco dos Arrifes, 504\$000 réis—302\$400.

CONCELHO DE S. VICENTE

Bens que foram de Ignacio Antonio de Freitas

27783 Um predio de terra, no sitio do Ribeiro de S. Nicolau, freguezia de Ponta Delgada, que parte do norte com Ricardo José de Freitas, sul com Lucio Francisco Diniz, leste com o mesmo, e oeste com D. Joanna Raymunda de Freitas: tem de medição 3 quartas e 2 maquias, 1\$500 réis—900.

27784 Um predio de terra de arvores e semeação, no sitio da Roça, acima da Levada; com a norte com a Levada e Felix de Freitas, sul com a feira do Lombo, leste com Filipe Joaquim de Freitas, e oeste com Joaquim de Andrade e Marcelino Francisco: tem de medição 8 alqueires; avaliado livre das beneficiarias do colono, e do fóro de 3 alqueires, 3 quartas e 3 maquias de trigo, que paga annualmente ao morgado Nuno de Freitas, em 18\$ réis—10\$800.

Bens que foram de Caetano Gomes Brazão

27785 Um bocado de terra com nogueiras e castanheiros, no sitio do Estreito da Vargem ao pé da ponte, que parte do norte e leste com a ribeira, sul com Antonio Januario Brazão Machado, e oeste com o Corgão: tem agua proprietaria da Fonte dos Olheiros, e de medição um alqueire; avaliado livre das beneficiarias do colono Antonio Januario Brazão Machado, em 15\$000 réis—9\$000.

27786 Um pedaço de terra semeação, com agua da Levada de Entre as Ribeiras, na fôrma do seu giro, no sitio do Loural, nas Ladeiras; que parte pelo norte com a viúva de Manuel Fernandes Baradas, sul com Antonio da Silva, leste com herdeiros de José do Gouveia Gração, e oeste com Vicente de Viveiros, tem de medição 4 cannas, 2\$000 réis—1\$200.

Bens que foram de Justino Antonio de Gouveia

27787 Um bocado de terra, no sitio do Loural, e no Lombo da Casinha, com agua na fôrma do giro da Levada do Folhadal: parte do norte e sul com Joaquim Antonio de Abreu Gouveia, leste com a Levada, e oeste com o dito Joaquim Antonio de Abreu Gouveia; tem de medição 1 alqueire, 10\$000 réis—6\$000.

Bens que foram de Justino Antonio de Gouveia, e Caetano Gomes Brazão

27788 Uma porção de terra de inhame, vimieiros, pereiros e semeação, com agua da Levada do Folhadal, no sitio da Achada de Alvaro Mendes: parte do norte com Vicente de Andrade, e a viúva de Antonio Francisco de Vasconcellos, sul com o caminho, leste e oeste com Lucio Antonio de França; tem de medição alqueire e meio, 41\$000 réis—28\$200.

3.ª forma

Reforma da lista 1195-A

Bens que foram de Manuel Pestana de Castro.

27789 Um predio de terra com seus castanheiros, no sitio da Ribeira Seca: parte pelo norte com José Pereira, sul com a Ribeira, leste com João Francisco de Oliveira e Vasconcellos, e oeste com Francisco José de Andrade: tem de medição vinte cannas, 5\$000 réis—3\$000.

27790 Um pedaço de terra semeada, no sitio do pé da Rocha, sem agua: parte do norte com Aguiar, sul, leste e oeste com terras de Manuel de Sousa Dromond: tem de medição doze cannas, 4\$000 réis—2\$400.

27791 Um predio de terra semeada, no sitio do Ribeiro do Paço, com agua do Ribeiro: parte do norte com o Ribeiro, e Francisco Theodor de Andrade, sul e oeste com Archio Antonio de Andrade, e leste com o outro Ribeiro: tem de medição dezoito cannas, 8\$000—4\$800.

27792 Um pedaço de terra baldia, situada no Poio das Abertonas, que parte do norte com a Rocha, sul com herdeiros de João Francisco, leste com os ditos de Antonio Francisco, e pelo oeste com os herdeiros de João Francisco; tem de medição quatro varas, 400 réis—240.

27793 Um pedaço de terra no sitio da Ribeira do Paço, composto de arvores de fructo, com agua na fôrma do giro da Levada do Lombo: parte do norte, sul e oeste com José de Freitas, e leste com Eusebia Maria, viúva; tem de medição uma maquia, livre e sem pensão, 5\$000 réis—3\$000.

Somma R.º 415\$200

Segunda repartição da direcção geral dos proprios nacionaes, 4 de janeiro de 1860.—*Antonio Augusto Pereira da Silva.*

MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCO E INDUSTRIA

REPARTIÇÃO CENTRAL

Considerando que a continuação do caminho de ferro do sul para Evora e para Beja é uma empreza de reconhecida e summa vantagem para o paiz;

Considerando que o generoso donativo das juntas geraes dos districtos de Beja e Evora, a primeira das quaes votou 3:000\$000 réis, e a segunda réis 1:200\$000 por kilometro para o dito caminho, na parte relativa aos respectivos districtos, e a cessão gratuita dos terrenos a expropriar no districto de Beja, reclamam do estado a prompta execução de uma obra que prometta dar consideravel incremento á riqueza d'aquelles dotos importantes districtos;

Considerando que a carta de lei de 8 de junho do corrente anno autorizou o governo a contratar a construcção do caminho de ferro a Evora e Beja, precedendo concurso, ou a executar por conta do estado os movimentos de terra e obras de arte do dito caminho, no caso de que não se apresentasse em concurso nenhum licitante que dêsse ao estado as necessarias garantias;

Considerando que tendo sido posta a concurso a mencionada empreza por decreto de 8 de agosto ultimo, ninguém se habilitou a concorrer a esta licitação:

Ha por bem Sua Magestade El-Rei approvar o contrato celebrado em 3 do corrente, no ministerio das obras publicas, commercio e industria, e gabinete do ill.º e ex.º sr. Antonio de Serpa Pimentel, do conselho de Sua Magestade, ministro e secretario d'estado desta repartição, onde vim eu Ernesto de Faria, do conselho de Sua Magestade, e secretario do mesmo ministerio, estando presentes de uma parte o dito ex.º sr. ministro, em nome do governo, primeiro outorgante, e da outra parte, como segundo outorgante, John Sutherland Valentine, procurador em causa propria de Charles Edward Mangles, John Chapman, Robert Russell Notman, e George Bernard Townsend, subditos inglezes, como fez constar pela procuração em forma, que fica archivada em meu poder, assistindo tambem a este acto o bacharel Antonio Cardoso Avelino, ajudante do procurador geral da coroa junto a este ministerio, foi dito perante mim pelos outorgantes acima mencionados, que concordavam no seguinte contrato, e se obrigavam a cumprir todas as suas condições e clausulas.

CAPITULO I

CONDIÇÕES RELATIVAS Á CONSTRUÇÃO DO CAMINHO DE FERRO DAS VENDAS NOVAS A EVORA E BEJA, AO FORNECIMENTO DO RESPECTIVO MATERIAL FINE E CIRCULANTE, E AOS DIREITOS DO ESTADO E DA EMPREZA SOBRE AS DIVERSAS CONSTRUÇÕES E MATERIAL FORNECIDO

Artigo 1.º A empreza (devendo entender-se por esta palavra sempre que for empregada no presente caderno de condições os concessionarios primitivos segundos outorgantes Charles Edward Mangles, John Chapman, Robert Russell Notman, e George Bernard Townsend, ou qualquer particular, sociedade ou companhia para quem estes trespassem, na conformidade das leis, e com autorisação do governo, os direitos adquiridos, e as obrigações contrahidas em virtude d'este contrato) effectuará á sua custa, e por sua conta e risco, nos termos, pelo modo e nos prazos estipulados nas diversas condições d'este contrato.

1.º A construcção do caminho de ferro das Vendas Novas a Evora e Beja, com todas as expropriações, aterros e desaterros, obras de arte, assentamento de vias, estações, e officinas de pequena e grande reparação, e todos os edificios accessorios, casas de guarda, barreiras, passagens de nivel, muros de vedação, ou sebes para separar as vias ferreas das propriedades contiguas, e em geral as obras de construcção previstas ou imprevisas, sem excepção ou distincção, que forem necessarias para o completo acabamento da linha ferrea.

2.º O fornecimento, conservação e renovação das locomotivas, carruagens para viajantes, wagons para mercadorias, machinas e utensilios para as officinas, plataformas giratorias, reservatorios eapparehos hydraulicos, guindastes, signaes, e em geral de todo o material fixe e circulante, designado ou não designado, que for necessario para manter a linha emperfeito estado de exploração.

3.º O estabelecimento de um telegrapho electrico ao lado da linha ferrea, e a conservação e renovação dos materiais e apparelhos que forem precisos para o conservar em bom estado de serviço.

4.º A collocção de marcos kilometricos depois de terminada a linha, e o levantamento do cadastro do caminho de ferro, com a descripção de todas as obras de arte e mais dependencias.

5.º A directriz do caminho de ferro será a que foi escolhida pelo engenheiro Brandão, bifurcando para Evora e para Beja junto a Santiago do Escorial, segundo consta dos estudos que existem no ministerio das obras publicas, salvas as modificações propostas pela empreza e approvadas pelo governo.

6.º O governo concede á empreza a facilidade de tirar copias de desenhos, relativos á linha ferrea de que se trata, que tiverem sido feitos á custa do estado.

Art. 2.º As obras mencionadas no artigo precedente, que a empreza é obrigada a executar, serão feitas conforme os projectos definitivos por ella preparados em harmonia com estas condições, depois de terem sido approvados pelo governo.

§ unico. Estes projectos comprehenderão:

1.º O plano geral do caminho com a indicação da collocção das estações, portos secos, passagens de nivel e mais edificios accessorios, e dependencias do serviço da linha, o qual plano será feito na escala de um para cinco mil.

2.º O perfil longitudinal na escala de um para

cinco mil para os comprimentos, e um para quinhentos para as alturas.

3.º Os perfis transversaes na escala de um para duzentos.

4.º As obras de arte na escala de um para cincoenta para um comprimento abaixo de dez metros, de um para cem para um comprimento de dez a cem metros, de um para duzentos para um comprimento acima de cem metros.

Art. 3.º O caminho de ferro será construido para uma só via de carris, tendo as necessarias vias de resguardo, e as de serviço das estações, mas as expropriações e obras de arte serão feitas com largura para duas vias em toda a sua extensão.

§ unico. Logo porém que a receita bruta annual do caminho de ferro por kilometro chegar a réis 4:800\$000, a empreza será obrigada a assentar a segunda via ferrea á sua custa, sem que por isso tenha direito em tempo algum a qualquer indemnização ou augmento de subsidio.

Art. 4.º O caminho de ferro ficará em toda a sua extensão superior ás aguas das maiores inundações conhecidas. As dimensões dos taludes e fossos serão fixadas de maneira que assegurem o prompto escoamento das agoas e enchugo da linha. A inclinação dos taludes será regulada segundo a natureza do terreno, e conforme as localidades. No caso de necessidade serão revestidos por um pedrão, ou sustentados por meio de muros de alvenaria, ou por outros meios que se julgarem convenientes. As terras para a formação dos aterros serão sempre extrahidos de maneira que se evite por todos os meios possiveis a estagnação das agoas com prejuizo da saude publica.

Art. 5.º O maximo dos declives deverá ser em regra de 0.º007 por metro, mas em alguns casos poderá subir até 0.º010 por metro quando isso for indispensavel.

Art. 6.º Os raios das curvas de concordancia, que ligam os alinhamentos rectos, deverão ser no minimo de 500 metros, e de 300 nas vias de resguardo. Nos casos em que se empregarem estes raios, as respectivas curvas de concordancia deverão effectuar-se, tanto quanto for possivel, sobre planos horizontaes.

Art. 7.º A largura do caminho sobre o balastro não será nunca inferior a 7.º40 para as duas vias, e a 4.ª para uma via, devendo ser reguladas, em relação á esta largura e conforme as circunstancias do caminho, as dimensões das banquetas, das rampas e dos fossos.

A largura de cada via deverá ser de 1.º67 entre as arestas interiores dos carris.

A entrevia, ou distancia entre as duas vias, será pelo menos de 1.º80, e no maximo de 2.ª, entre as faces exteriores dos carris internos de cada via.

Art. 8.º Os carris e outros elementos constitutivos da via ferrea devem ser de boa qualidade, e dos melhores modelos, proprios a preencher o fim do seu destino.

Os carris sero de ferro laminado, não poderão ter de peso menos de 37 kilogrammas por metro corrente, serão fixados pelo systema que a empreza julgar mais conveniente, segundo os ultimos aperfeiçoamentos, e sob previa approvação do governo, e serão ligados entre si por meio de corredeiras (celisses).

Art. 9.º O caminho de ferro será fechado por meio de muros, sebes vivas, ou grades de madeira, que o separem das propriedades contiguas, com barreiras de serventia abrindo para fora.

Art. 10.º A empreza deverá estabelecer para o serviço das localidades atravessadas pela linha ferrea portos secos destinados ao estacionamento, carga e descarga de mercadorias.

O numero e superficie d'estes portos será por ella submettido á approvação do governo.

Art. 11.º A empreza construirá pontes, viaductos, pontões, aqueductos, e canos de pedra, ferro, ou tijolo, e passagens de nivel, em numero sufficiente, e com as dimensões que exigir o volume das agoas, ou a largura do caminho de ferro, ou da estrada ordinaria a que alguma d'essas obras deve dar passagem.

Art. 12.º Os cruzamentos do caminho de ferro com as estradas de primeira e segunda classe, caminhos municipaes e vicinaes, poderão ser de nivel, excepto nos casos em que o governo determinar o contrario.

Quando tiver logar qualquer cruzamento do nivel, a empreza será obrigada a estabelecer barreiras, abrindo-se para a parte exterior da linha de ferro, tendo um guarda encarregado d'este serviço.

segundo o accordo entre os engenheiros do governo e da mesma empresa, sem que ella tenha direito a qualquer indemnisação por este augmento de despeza.

§ 2.º A empresa fará todas as obras necessarias para prevenir qualquer perigo de desabamento ou infiltração.

Art. 18.º Nos pontos de encontro das estradas ordinarias com a via ferrea, durante a feitura d'esta, a empresa construirá as necessarias obras provisórias para que a circulação não seja interrompida.

Art. 19.º A empresa restabelecerá e assegurará a sua cunha o curso das aguas que se tenha suspenso ou modificado, em consequencia das obras do caminho de ferro, ou indemnizará o proprietario, segundo as leis que lhe forem applicaveis.

Art. 20.º A empresa deverá empregar na construção das obras materiaes de boa qualidade. Os paramentos das abobadadas, os angulos, os soccos e os coroaamentos serão, quanto possivel, de pedra aparelhada de boa qualidade; onde não a houver, será tolerado o tijolo.

Art. 21.º As machinas locomotivas serão construidas sobre os melhores modelos conhecidos, e satisfazerão a todas as condições actualmente prescritas, ou ás que do futuro o forem, para pôr em circulação as mesmas machinas.

As carruagens dos viajantes deverão ser igualmente dos melhores modelos, suspensas sobre molas, e guarnecidas de assentos. Haverá-las de tres classes, pelo menos.

As de primeira classe serão cobertas, com assentos estofados, e fechadas com vidraças.

As de segunda classe serão cobertas, fechadas com vidraças, e terão assentos de estofa mais ordinario.

As de terceira classe serão cobertas, fechadas com cortinas, e terão assentos de madeira.

As carruagens de todas as classes deverão preencher, além disto, todas as condições actualmente prescritas pelo governo, ou que de futuro o vierem a ser, no interesse da segurança publica.

Os wagons de mercadorias e gado, as plataformas, e mais material, será tudo de boa qualidade, e solida construção.

Art. 22.º O caminho de ferro com todos os edificios necessarios para o serviço do mesmo caminho, e mais accessorios e dependencias, como carris, coelhos, travessas, e em geral todo o material fixo de qualquer especie, fica, desde a sua construção ou collocação da linha pertencendo ao dominio do estado, para todos os effeitos juridicos, nos termos do direito commun e especial dos caminhos de ferro, e das diversas disposições do contrato celebrado segundo as presentes condições.

Tudo o material circulante, carvão, coque, e quaisquer outros provimentos ficarão pertencendo ao dominio da empresa para os mesmos effeitos e nos mesmos termos; com a declaração porém de que o material circulante não poderá ser alienado senão para o effeito de ser substituído com vantagem do serviço publico, e o mesmo terá lugar para o carvão, coque, e quaisquer outros aprovisionamentos, em quanto forem importados livres de direitos.

CAPITULO II

CONDIÇÕES RELATIVAS ÀS CONCESSÕES QUE O ESTADO FAZ À EMPRESA DO CAMINHO DE FERRO, E SUAS LIMITAÇÕES E PRINCIPAES DÍVIDAS

Art. 23.º Em compensação das obrigações que a empresa tomar sobre si pelo respectivo contrato, concede o governo á mesma empresa, pelo espaço de noventa e nove annos, a contar do começo das obras, a exploração do caminho de ferro das Vendas Novas a Évora e Beja, pelo modo, nos termos e com as condições estipuladas no mesmo contrato.

Art. 24.º A empresa deverá conservar, durante todo o prazo da concessão, a linha ferrea, e suas dependencias com todo o seu material fixo e circulante, em bom estado de serviço, e no mesmo estado o deverá entregar ao governo, findo aquelle prazo, fazendo sempre para esse fim á sua custa todas as reparações tanto ordinarias como extraordinarias.

§ unico. Se porém durante o prazo estabelecido no artigo antecedente, por destruição ou damnificada alguma parte do caminho de ferro por motivo de guerra ou de quaisquer commoções politicas sem culpa da empresa, o governo a indemnizará pagando-lhe o valor das reparações, depois de avaliadas, em dinheiro, ou em titulos de divida publica pelo seu valor no mercado.

Art. 25.º Logo que tenha expirado o prazo da concessão acima estabelecida, a empresa entregará ao governo, em bom estado de exploração, o caminho de ferro com todo o seu material fixo, seus edificios e dependencias, de qualquer natureza que sejam, sem que por isso tenha direito a receber d'elle indemnisação alguma.

Tambem lhe entregará todo o material circulante, mas tanto o valor d'este como o do carvão de pedra, e outros quaisquer provimentos, que entregar ao governo, ser-lhe-ão pagos segundo o arbitrio de lousados.

Art. 26.º Em qualquer epocha, depois de terminados os quinze primeiros annos, a data do prazo estabelecido para a conclusão da linha, terá o governo a faculdade de resgatar a concessão inteira.

Para determinar o preço da remissão, toma-se o producto liquido obtido pela empresa durante os sete annos que tiverem precedido áquelle em que a remissão deve effectuar-se; deduz-se d'esta somma o producto liquido que corresponde aos dois annos menos productivos, e tira-se a media dos outros annos, a qual constitue a importancia de uma annuidade, que o governo pagará á empresa durante cada um dos annos que faltarem para terminar o prazo da concessão. Porém esta annuidade nunca será inferior ao producto liquido do ultimo dos sete annos tomados para base d'este calculo. Neste preço da remissão não é incluido o valor do carvão, coque, ou outros abastecimentos, que serão avaliados em separado e pagos pelo governo na occasião de serem entregues pelo preço da avaliação.

Art. 27.º O governo concede mais á empresa o subsidio de 16.000\$000 reis por kilometro, que serão pagos em bonds de 3% pelo seu valor no mercado, segundo o preço medio da ultima semana, na praça de Londres, ou em dinheiro. Porém n'aquelles kilometros em que os terrenos a expropriar houverem sido cedidos ao governo sem indemnisação, concede o governo á empresa os mencionados terrenos, deduzindo-se no subsidio, que o governo tem de dar á mesma empresa a importancia de... reis em cada kilometro.

§ unico. Para o pagamento do subsidio que for concedido á empresa, dividir-se-á cada linha no numero de traços que parecer conveniente, e em cada um d'esses traços se pagará a parte correspondente em tres prestações: a primeira depois de terminados todos os movimentos de terra, e obras de arte; a segunda depois de assentada a via; a terceira depois de entregue á exploração.

Estas prestações serão pagas em vista do certificado do engenheiro fiscal do governo.

Art. 28.º Concede mais o governo á empresa a faculdade de construir todos os ramais que possam alimentar a circulação das linhas concedidas por este contrato, excepto se estes ramais excederem 18 kilometros ou conduzirem a povoações, ou a quaisquer pontos por onde passe outro caminho de ferro, e precedendo sempre o respectivo contrato especial com o governo, e sem que este pela dita construc-

ção lhe pague subsidio algum, ou lhe garanta qualquer beneficio. Quando porém o governo julgar necessario construir alguns d'estes ramais e a empresa se não prestar a isso, o governo reserva-se muito expressamente o direito de os construir, ou de contratar a sua construção com qualquer empresa nos termos que lhe aprouver.

Art. 29.º O governo não poderá conceder durante o tempo d'esta concessão linha alguma paralela ás que fazem objecto do presente contrato, sem consentimento da empresa, excepto a uma distancia d'estas superior a 40 kilometros.

Art. 30.º O governo reserva-se o direito de fazer novas concessões de quaisquer caminhos de ferro que venham entrar com as linhas concedidas, ou que partindo de quaisquer dos seus pontos sigam direcções divergentes.

Art. 31.º Quando o governo venha a ordenar a construção de uma estrada, canal ou via ferrea, que atravesse as linhas concedidas, deverá tomar todas as medidas necessarias para que não resulte impedimento ou obstaculo á circulação d'estas nem o minimo augmento de despeza para a empresa.

Art. 32.º A abertura de qualquer das vias de comunicação de que tratam os dois precedentes artigos nas condições ali exaradas, não poderá autorizar reclamação alguma por parte da empresa.

Art. 33.º As empresas concessionarias de quaisquer caminhos de ferro, que venham entrar com a linha das Vendas Novas a Évora e Beja, terão a faculdade de fazer circular nella as suas carruagens, wagons e machinas, sujeitando-se aos respectivos regulamentos de policia e serviço, e pagando pelas pessoas e mercadorias uma portagem que, no caso de não haver accordo entre as empresas, será regulada segundo a relação entre a portagem e o transporte estabelecido nas tarifas dos mais recentes cadernos de condições em França.

Esta faculdade será reciproca para todas as linhas. No caso em que as diversas empresas não possam acordar-se sobre o exercicio d'esta faculdade, o governo decidirá a questão.

Art. 34.º Concede mais o governo á mesma empresa a isenção de qualquer contribuição geral ou municipal nos primeiros vinte annos depois do começo das obras; contudo n'esta disposição não é incluido o direito de transitio lançado sobre os preços de condução dos passageiros e mercadorias, que estão marcados nas tarifas, o qual todavia não excederá nunca a 5% sobre aquelles preços.

Art. 35.º O governo concede mais á mesma empresa, desde a data da adjudicação até que a linha ferrea se ache em estado de exploração, entrada livre de quaisquer direitos pelas alfandegas a todos os materiaes e utensilios, machinas, combustivel e mais objectos que forem necessarios para a construção e exploração da linha ferrea.

§ 1.º Depois de se achar em estado de exploração a dita linha, esta isenção continuará por mais dois annos tão somente para as machinas e combustivel, destinados á exploração.

§ 2.º As disposições do principio d'este artigo e seu § 1.º são applicaveis á collocação da segunda via, mas só pelo que respeita ao material que lhe corresponde.

§ 3.º A empresa conformar-se-á com os regulamentos fiscaes que forem necessarios para prevenir o abuso d'esta concessão.

Art. 36.º Concede mais o governo á mesma empresa, sem encargo algum, todos os terrenos do estado que deverem ser occupados pelas linhas que fazem o objecto d'este contrato, e edificios respectivos, bem como todas as madeiras que estiverem sobre os mencionados terrenos.

Art. 37.º As expropriações que a empresa houver de fazer para as obras do caminho de ferro contratado serão reguladas amigavelmente, ou pelas leis respectivas, tanto geras como especiaes, dos caminhos de ferro, devendo intervir o ministrio publico para auxiliar a empresa em nome do interesse geral, nos termos das leis em vigor, ou d'aquellas que venham a promulgar-se para facilitar estas expropriações.

Art. 38.º Concede em fim o governo á mesma empresa a faculdade de desviar correntes e alterar a direcção de caminhos, uma vez que a construção da linha ferrea assim o exija, devendo em todos os casos regular-se pelas leis sobre a expropriação por utilidade publica, que lhe deverão ser applicadas, e sujeitar-se á previa aprovação do governo.

CAPITULO III

CONDIÇÕES QUE REGULAM O MODO COMO DEVE SER FEITA A EXPLORAÇÃO CONCEDEIDA Á EMPRESA PELO ARTIGO 23.º DO CONTRATO

Art. 39.º Para regular os preços da condução de passageiros, gado e mercadorias, adoptar-se-ão como base as tarifas legais do caminho de ferro do Barreiro ás Vendas Novas, as quaes poderão ser modificadas por proposta da empresa, e com a aprovação do governo; ficando porém os seus preços estabelecidos como maximos até á conclusão do caminho de ferro.

§ 1.º Cinco annos depois de entregue á exploração a linha das Vendas Novas a Évora e Beja, e consecutivamente de cinco em cinco annos, proceder-se-á á revisão das tarifas.

§ 2.º Reduzidos uma vez os preços para qualquer classe de passageiros ou de mercadorias, não poderão augmentar-se senão passados seis mezes.

§ 3.º Na falta de accordo entre o governo e a empresa, acerca das modificações a introduzir nas tarifas, que são tomadas por base, ou nas que de futuro estiverem estabelecidas, adoptar-se-ão como maximos os preços das tarifas, que constarem dos cadernos de encargos das concessões de caminhos de ferro feitas em França, ou que estiverem estabelecidas por lei d'aquelle paiz, sendo forem superiores aos que vigorarem anteriormente, no caso da revisão de que trata o § 1.º

§ 4.º Se o governo julgar que, sem prejuizo dos interesses da empresa, podem reduzir-se as tarifas, e esta não accoradar na redução, poderá ella ser levada a effeito por uma lei, garantindo á empresa o producto total do ultimo anno liquido das despesas de exploração, e o augmento progressivo, que em termo medio tenha tido no ultimo quinquennio.

§ 5.º Qualquer modificação, que em qualquer tempo se faça, será annunciada com um mez de antecedencia.

Art. 40.º A percepção dos preços de transporte deverá fazer-se indistinctamente, sem nenhuma especie de favor.

§ 1.º No caso em que a empresa conceda a um ou mais expedidores uma redução qualquer sobre os preços da tarifa antes de a pôr em execução, deverá dar conhecimento d'isso ao governo, e este terá o direito de declarar a redução obrigatória para todos os expedidores, e applicavel a todos os artigos da mesma natureza. A taxa assim reduzida, não poderá ser levantada antes de tres mezes.

§ 2.º As reduções concedidas a indigenas não poderão em caso algum dar lugar á applicação das disposições que precedem.

Art. 41.º As despesas accessorias não incluidas nas tarifas, taes como deposito, armazens e outras, serão fixadas pela empresa com a aprovação do governo.

Art. 42.º A recepção terá lugar por kilometros: assim 1 kilometro encastrado será pago como se fosse percorrido. Exceptua-se d'esta regra toda a distancia percorrida menor de 5 kilometros, a qual será paga por 5 kilometros inteiros.

O peso da tonelada é de 1.000 kilogrammas.

As fracções de peso não serão contadas se não por centesimos de toneladas; assim todo o peso comprehendido entre 0, e 10 kilogrammas, pagará como 10 kilogrammas, entre 10 e 20 pagará como 20 kilogrammas, e assim successivamente.

Art. 43.º O transporte de objectos perigosos, ou de massas indivisiveis de peso superior a 5.000 kilogrammas não será obrigatorio para a empresa. As condições d'este transporte poderão regular-se amigavelmente entre ella e os expedidores.

Feito porém accordo com um, não se poderá negar a fazer-lo nos mesmos termos, durante tres mezes pelo menos, com todos os que lhe fizerem igual pedido.

§ 1.º Todo o transporte que necessitar, pelas suas dimensões, o emprego de um ou mais wagons, pagará pela carga inteira do wagon ou dos wagons que empregar, qualquer que seja o peso transportado.

§ 2.º As mercadorias, que a pedido dos expedidores forem transportadas com a velocidade de viajantes, pagará na razão do dobro do preço ordinario.

§ 3.º Os cavallos e mais gado tambem pagará no mesmo caso o dobro do preço das respectivas tarifas.

Art. 44.º As mercadorias, volumes, animaes e outros objectos, não designados nas tarifas, serão qualificados, para o effeito do pagamento dos direitos de transporte, nas classes, com as quaes tiverem maior analogia. Esta classificação será feita pela empresa, de accordo com os fiscaes do governo, com recurso para o ministrio das obras publicas.

Art. 45.º Todos os objectos (excepto os preciosos, especificados na tarifa) que pesarem menos do que 10 kilogrammas, serão considerados como objectos de recovagem.

Art. 46.º Todo o viajante, cuja bagagem não pesar mais de 30 kilogrammas, não terá a pagar pelo transporte d'esta bagagem augmento algum do preço, além d'aquelle que dever pagar pelo seu logar.

Art. 47.º Os militares e marinheiros em serviço, viajando em corpo ou isoladamente, pagará apenas por si e suas bagagens metade dos preços estipulados nas tarifas respectivas.

Art. 48.º Os empregados do governo que forem incumbidos da fiscalização do caminho de ferro, ou da cobrança de contribuição lançada sobre os preços de transporte, ou da fiscalização sanitaria da linha, deverão transitar nelle sem pagar quantia alguma.

Art. 49.º A empresa será obrigada a pôr á disposição do governo, por metade dos preços das tarifas, todos os meios de transporte estabelecidos para a exploração do caminho de ferro, quando elle precisar dirigir tropas ou material de guerra sobre qualquer ponto servido pela linha ferrea.

Art. 50.º A empresa será obrigada a transportar gratuitamente as malas do cortejo e os seus conductores em wagons bem acondicionados nos trens de maior velocidade.

O governo fará, ouvida a empresa, o regulamento d'este serviço, tomando por base os regulamentos francezes, respectivos aos caminhos de ferro subsidados pelo estado.

Art. 51.º O numero de viagens por dia será fixado pela empresa, de accordo com o governo, segundo as necessidades da circulação. O maximo e minimo da velocidade dos comboios ordinarios de viajantes e mercadorias, e dos comboios extraordinarios, bem como a duração do transitio completo, serão sujeitos ás regras de policia para segurança publica, que o governo tem direito de estabelecer, ouvida a empresa.

Art. 52.º Todo o comboio ordinario de viajantes deverá conter, salvo os casos imprevistos de extraordinaria occorrença, carruagens de todas as classes em quantidade sufficiente para as pessoas que se apresentarem a tomar logar.

Art. 53.º O uso do telegrapho electrico será gratuitamente permitido ao governo para os despachos officiaes, e nos particulares mediante os preços de uma tabella estabelecida pela empresa, de accordo com o governo.

CAPITULO IV

CONDIÇÕES RELATIVAS AO DEPOSITO, PRINCIPAES PARA A CONSTRUÇÃO, PENAS CONVENCIONALES, LEGISLAÇÃO APPLICAVEL E OUTRAS ESTIPULAÇÕES

Art. 54.º O deposito de 30.000 libras esterlinas em titulos de divida publica portugueza, pelo seu valor no mercado, feito no banco de Portugal em nome dos concessionarios á ordem do governo, como caução ao cumprimento das obrigações da empresa, só poderá ser levantado pela mesma empresa nos termos do artigo seguinte. Se porém as cortes não approvarem o presente contrato, o mencionado deposito será logo restituído á empresa.

§ unico. A empresa tem direito a receber os juros d'estes titulos em quanto durar o mesmo deposito.

Art. 55.º Quando o engenheiro fiscal do governo declarar, por um attestado, que ha obras executadas pela empresa, em termos de serem approvadas, expropriações ou material empregado, na importancia de 15.000 libras esterlinas, será permitido á mesma empresa levantar a terça parte do deposito total, ou 10.000 libras esterlinas; quando, pôr um segundo attestado, o mesmo engenheiro fiscal declarar que ha novas obras, igualmente em termos de serem approvadas, na importancia de outras 15.000 libras esterlinas, será permitido á empresa levantar outra terça parte do deposito de outras 10.000 libras esterlinas; quando, finalmente, o engenheiro fiscal declarar que obras ultteriores foram executadas, na importancia de mais 15.000 libras esterlinas, ficando d'este modo excentadas as obras, feitas as expropriações, ou empregado material sobre a linha, na importancia de 45.000 libras, será permitido á empresa levantar o resto do seu deposito, ficando todas as obras feitas servindo de caução ao cumprimento das obrigações da empresa.

Art. 56.º Depois de approvado este contrato pelas cortes, a empresa irá successivamente apresentando o estudo das alterações que propor á directriz adoptada como base pelo artigo 1.º, § 1.º, d'este caderno de condições, assim como os projectos completos das diversas secções da linha, de modo que, dentro de nove mezes, a contar da data da lei que approvar o contrato, tenha apresentado todos os desenhos, que a sciencia exige como necessarios para a completa descripção de todas as obras que a mesma empresa deve fazer, ordenados em harmonia com a disposição do artigo 2.º

§ 1.º A decisão do governo, relativa á approvação ou desapprovação das modificações propostas, do projecto completo das secções e mais desenhos, a que se refere este artigo, será intimada á empresa dentro de um mez, a datar da sua apresentação.

§ 2.º O tempo que o governo gastar em decidir as questões de similhante natureza, além do mez a que se refere o § 1.º, não será contado nos prazos marcados para o começo e conclusão das obras.

Art. 57.º A construção do caminho de ferro das Vendas Novas a Évora e Beja começará em escala proporcional á sua extensão, dentro de tres mezes, a contar da data da lei que approvar este contrato, e na mesma escala continuará até á sua conclusão. O caminho de ferro, com todo o seu material fixo e circulante, edificios accessorios e dependencias, de que tratam os artigos 1.º e outros, estará prompto para se poder entregar ao transitio publico, em toda a sua extensão, dentro de tres annos, a contar do dia em que começarem as obras.

Art. 58.º Se a empresa não começar as obras

dentro do prazo determinado no artigo 57.º, julgar-se-á caducada a concessão, rescindido o respectivo contrato, e revertido para o estado a caução depositada.

Art. 59.º Se a empresa, tendo começado as obras, as não continuar nos termos do citado artigo, ou se não concluir a construção do caminho de ferro com todo o seu material fixo e circulante, edificios accessorios e dependencias, nos termos e no prazo estipulado no mesmo artigo; ou se não cumprir as clausulas estipuladas no contrato, ou se se recusar a obedecer á decisão dos arbitros, caso de desavença, terá tambem o governo, por sua auctoridade, direito a declarar rescindido o contrato.

§ unico. Neste caso será a construção do caminho de ferro com todas as obras feitas e material fornecido, depois de competentemente avaliados, posta em hasta publica por espaço de seis mezes, com as mesmas condições, e arrematada á empresa que maior lance offerecer. O preço da arrematação será entregue á empresa, depois de deduzidas as despesas que o governo tiver feito com o pagamento do subsidio e fiscalisação.

Se dentro d'estes seis mezes não houver quem arremate, serão as obras e material fornecido adjudicados ao estado sem indemnisação alguma, e o contrato rescindido para todos os effeitos juridicos.

Art. 60.º Exceptuam-se das disposições dos artigos precedentes os casos de força maior devidamente comprovados.

§ unico. E tambem se exceptua das disposições dos mesmos tres artigos o caso em que o governo deixe de pagar alguma prestação da subvenção nos prazos estipulados, segundo o disposto no artigo 27.º, ou depois da decisão dos arbitros no caso de contestação, no qual caso a empresa terá direito a receber os juros de 6% ao anno sobre as quantias devidas, e a interromper as obras pelo tempo em que estiver desembolsada; a reclamar uma extensão de prazos para a construção das obras por um tempo igual ao tempo do desembolso; e bem assim ao pagamento de todas as perdas e damnos que lhe possam provir da demora.

Art. 61.º Se a empresa não conservar durante todo o prazo da concessão a linha ferrea e suas dependencias, assim como o material fixo e circulante, em perfeito estado de serviço, fazendo sempre para esse fim, á sua custa, todas as reparações que forem necessarias, assim ordinarias, como extraordinarias, conforme a disposição do artigo 25.º, ou se for remissa em satisfazer ás requisições que para esse fim lhe forem feitas pelo governo, poderá este mandar proceder ás necessarias reparações por sua propria auctoridade; e neste caso tem direito de apropriar-se de todas as receitas da empresa, até completar a importancia das despesas feitas, augmentadas de um quinto, a titulo de multa.

Art. 62.º No caso de interrupção total ou parcial da exploração do caminho de ferro, o governo proverá por sua propria auctoridade, provisoriamente, para que a dita exploração continue por conta da empresa, e intima-la-ha logo para ella se habilitar a cumprir com a sua obrigação respectiva.

§ 1.º Se tres mezes depois de intimada, na forma d'este artigo, a empresa não provar que está habilitada para continuar com a exploração da linha ferrea, incorrerá, por esse mesmo facto, depois de declaração do governo, na pena de rescisão do contrato, e perderá o direito a todas as concessões que por elle lhe forem feitas, e o governo entrará immediatamente na posse do caminho de ferro e de todas as suas dependencias, sem indemnisação alguma.

§ 2.º Ficam salvos das disposições d'este artigo os casos de força maior.

Art. 63.º Quando o governo tomar conta do caminho de ferro, finda a concessão, terá o direito de se pagar de quaisquer despesas que sejam necessarias para pôr o dito caminho em bom estado de serviço, pelo valor do material circulante, carvão e mais provimentos, os quaes objectos ficarão servindo nos ultimos cinco annos de hypotheca especial a esta obrigação.

Art. 64.º A execução de todas as obras do caminho de ferro, ou fornecimento, collocação e emprego do seu material fixo e circulante, ficam sujeitos á fiscalisação dos engenheiros que o governo nomear para esse fim.

Art. 65.º Quando o governo ou o seu engenheiro fiscal e a empresa não se acharem de accordo, o governo nomeará para arbitro um engenheiro de caminhos de ferro, e a empresa nomeará outro, e um terceiro com voto forçado de desempate será nomeado por ambos os engenheiros assim nomeados. Se os arbitros do governo e da empresa não concordarem na nomeação do terceiro arbitro, cada um dos arbitros escreverá o nome de um engenheiro do caminho de ferro de grande reputação europea, e a sorte decidirá o que ha de ser escolhido.

Art. 66.º O caminho de ferro na sua totalidade, ou em qualquer das suas secções, não será aberto ao transitio publico em quanto a empresa não tiver obtido a aprovação do governo, que para esse fim mandará examinar minuda e attentamente, por pessoas competentes, todas as obras feitas e material fixo e circulante.

§ unico. Os engenheiros, que forem incumbidos d'este exame, procederão a elle com o maior cuidado e circumspecção, e lavrarão um auto em que dêem relação minuciosa e exata de tudo quanto encontrarem com o respeito á segurança da via ferrea, interpondo por fim o seu juizo, que submeterão á sancção do governo para o habilitar a resolver.

Art. 67.º O governo terá o direito de fiscalisar, por meio dos seus agentes, a exploração da linha ferrea durante todo o tempo da concessão.

Art. 68.º A empresa, seus contratadores, agentes e operarios ficarão sujeitos, em tudo quanto diz respeito ao contrato para a construção e exploração do caminho de ferro das Vendas Novas a Évora e Beja, ás leis e tribunaes do reino de Portugal.

§ unico. O governo, pela sua parte, lhes garantirá a elles, e ás suas propriedades, a mesma protecção que as leis do reino conferem aos nacionaes. Não se entende contudo renunciarem os interesses dos aforos da sua nacionalidade.

Art. 69.º O governo fará o regulamento de policia do caminho de ferro e suas dependencias, ouvida a empresa.

A empresa é auctorizada a fazer os regulamentos para os serviços da exploração, submettendo-os á approvação do governo.

Estes regulamentos são obrigatorios para a empresa, e em geral para todas as pessoas que fizerem uso do caminho de ferro.

Art. 70.º A empresa poderá constituir-se em sociedade anonyma ou companhia, na conformidade das disposições do codigo commercial portuguez, ficando a sua constituição dependente da approvação dos estatutos pelo governo.

§ unico. Se ao tempo da approvação do presente contrato pelas cortes, o estado do mercado monetario da Europa for tal que torne difficil a formação de uma companhia para a execução da empresa, poderá o governo prorogar o prazo para a execução das obras.

Art. 71.º Todas as questões que se suscitarem entre o governo e a empresa sobre a execução d'este contrato, excepto aquellas de que trata o artigo 65.º, serão decididas por arbitros, dos quaes dois serão nomeados pelo governo, e dois pela empresa. No caso de empate sobre o objecto em questão será um quinto arbitro nomeado a apressamento de ambas as partes. Faltando accordo para esta nomeação será

differida ao supremo tribunal de justiça a nomeação do quinto arbitro.

Art. 72.º Depois da assignatura do presente contrato, a empresa poderá principiar immediatamente com os estudos, levantamento de plantas para a linha e communicações, e movimentos de terra, conforme os projectos que houverem sido approvados pelo governo. Se as cortes não approvarem o presente contrato, o governo pagará á empresa todas as despesas que tiver feito com os ditos estudos, levantamento de plantas e movimento de terras.

E en, o conselheiro Ernesto de Faria, secretario do ministrio das obras publicas, commercio e industria, em firmeza de tudo, e para constar onde convier, fiz lavrar o presente termo de contrato em duplicado, que rubricou e subscreevi, e vae assignado, depois de lhes ter sido lido pelo mencionado outorgante, pelo bacharel Antonio Cardoso Avelino, ajudante do procurador geral da coroa junto a este ministrio, e por mim; sendo testemunhas presentes a este acto o bacharel Antonio Augusto de Mello Archer, chefe do gabinete do ministrio, e Pedro Roberto Dias da Silva, chefe interino da repartição de contabilidade.—Antonio de Serpa Pimentel—John Sutherland Valentine.—Fui presente Antonio Cardoso Avelino—Antonio Augusto de Mello Archer—Pedro Roberto Dias da Silva—Ernesto de Faria.

Tabella a que se refere o contrato d'esta data

COMBOIO EXPRESSO	Réis
Por logar de cinco kilometros	
Passageiro de 1.ª classe	150
Dito de 2.ª classe	120
COMBOIO ORDINARIO	
Passageiro de 1.ª classe	120
Dito de 2.ª classe	90
Dito de 3.ª classe	60
COMBOIO DE CARGA	
Gado por cabeça	
Cavallos, machos e qualquer outra cavalladura maior ou menor, bois, vacas e touros	120
Viteiros e porcos	20
Carneiros, ovelhas, cabras e cabritos	60

Mercadorias por tonelada de 2.000 kilogrammas

Cereas, farinha, legumes, sementes, fructas e hortaliças, ovos, bolos de oleo de lhiuça, queijos, oleos, ebo e outras materias gordas, mercuro, platina, ferro forjado e fundido, não fabricado, ferro em folhas e em arcos, pregos, bigornas, tornos, correntes, lages, tijolos, telhas, asphalto, tabaco de pinho, aduelas, arrozes	120
Estrumes e adubos agricolas de toda a especie, materiaes em bruto para construções, carvão de pedra e alcatrão, cinza e argilla	80
Cal, pedras de cal e de gesso, minieros, ferro em bruto, carvão de pedra, ardósias	90
Sal, ardósia, barro cozido	75
Couro, manteiga em barricas ou barris, ferragens, coke, carvão culus	180
Fermento de cerveja	160
Lúpulo, feno e palha, rama de pinheiro e matta, ossos e unhas, tabaco não fabricado, fazendas manufacturadas	200
Verghuina de ferro em lingotes e em barras, e todas as outras especies ainda não mencionadas, soda, salitre, vinho, aguardente e cerveja	100
Assucar, café, drogas, madeiras de tinturaria	135
Aço fabricado, carvão vegetal, casca de carvalho	150
Linho, algodão, li e seda	140
Tabaco, algodão, li e seda manufacturados	240
Tabaco fabricado	240
Peixe fresco, transportado com a velocidade de viajantes	100
Madeira aparelhada por cada 40 pés cubicos	140
Cartões, por cada 40 pés cubicos	140
Gado, aves domesticas, e outra criação em canastras de 8 pés cubicos	300
Cantaria, marmores, ou outra qualquer pedra em laminas, por cada 14 pés cubicos	90
Louça, por canastra de 8 pés cubicos	75
Chapeos, chapéus, quinquilharias, por cada 40 pés cubicos	200
Caldeiras, cylindros, peças de machinismo, cujo peso não exceda a 8 toneladas, mas seja superior a 1½ toneladas	500
Carruagens de 4 rodas, não pesando mais de 1½ toneladas	500
Ditas de 2 rodas, pesando mais de 1½ toneladas	240
Carruagens de 4 rodas, com a velocidade adicional	240
Passageiros em carruagens particulares, pagario como os de 2ª classe	240

qual pretende empregar a electricidade como força motriz, e de um outro importante melhoramento nas locomotivas dos caminhos de ferro, e sendo conveniente obter acerca do mercenário e efficacia dos mencionados inventos o parecer de pessoas competentes: ha por bem Sua Magestade El-Rei nomear uma commissão composta do vogal do conselho de obras publicas e do conselho de minas, José Victorino Damasio, que servirá de presidente, e dos vogaes Joaquim Thomás Lobo d'Avila, secretario do conselho de obras publicas, Isidoro Emilio Baptista, vogal do conselho de minas, Joaquim Nunes de Aguiar, inspector de obras publicas, e Joaquim Antonio da Silva, lente da escola polytechnica, a fim de examinar os mencionados inventos, e de informar o governo acerca do seu merito e vantagens; o que se comunica pelo ministerio das obras publicas, commercio e industria, ao director geral das obras publicas para seu conhecimento e devidos effectos. Paço, 4 de janeiro de 1860.—Antonio de Serpa Pimentel.

DIRECÇÃO GERAL DO COMMERCIO E INDUSTRIA
REPARTIÇÃO DO COMMERCIO E INDUSTRIA
1.ª Secção

Para conhecimento de quem interessar se publica o seguinte

AVISO AOS NAVEGANTES

DIRECÇÃO DE HIDROGRAPHIA

Segundo o officio recebido do ministerio do fomento, por via do da marinha, deve acender-se, desde 15 de dezembro proximo, o novo pharol seguinte:

Mar mediterraneo, provincia de Barcelona, pharol de Calella.

Está situado sobre a collina da Torreta a 1 kilometro para O. da villa de Calella, e a 52^m de distancia da borda do mar.

O aparelho é catadiptrico de 3.ª ordem, de luz fixa e relampagos de 2^a em 2^a; 18 milhas de alcance no estado ordinario da atmosphera. Latitude 41° 36' 40" N., longitude 8° 51' 38" E. de S. Fernando. Elevação do foco luminoso sobre o nivel do mar 50^m. 5. A torre é cilíndrica, pintada de branco, tem 4^m de elevação acima da casa dos pharoleiros, sobre a qual está assente.

Pelo ministerio da marinha se communicou a esta direcção que desde 1 de novembro corrente se accendia o novo pharol seguinte:

Costa do norte da ilha de Cuba. Caes, Paredão grande. Pharol Diogo Velasquez, situado na parte de N. do dito caes sobre um rochedo escarpado de 8^m de altura, fica contiguo á enseada Playa de Indios.

Apparelho catadiptrico de 1.ª ordem, de luz fixa de cor natural, variando com relampagos todos os minutos; alcance 13 milhas, no estado ordinario da atmosphera. Latitude 22° 29' 30" N.; longitude 71° 54' 42" O. de S. Fernando. Elevação do foco luminoso sobre o nivel do mar 48^m. 7. A torre é de ferro sobre base de pedra.

Pelo ministerio da marinha se communicou a esta direcção o seguinte aviso:

Mar mediterraneo, Bocas do Rio Ebro. Do ultimo reconhecimento feito em julho proximo passado pelo bergantim *Constitution* nas bocas do Rio Ebro, resulta que a parte mais oriental da ilha Buda se prolonga 4 milhas mais a E. do que marca a carta d'esta direcção de 1833; sendo as marcas verdadeiras as seguintes:

Castillo del Coll de Balaguer..... N. 5° O.
Torre de la Merla..... N. 28° O.
Vendrell..... N. 36° E.
Parte do sul da serra de Monsiá..... N. 72° O.
Madrid, 25 de novembro de 1859.—Francisco Chacon.

Está conforme.—Repartição do commercio e industria, em 4 de janeiro de 1860.—João Palha de Faria Lacerda.

Para conhecimento de quem interessar se faz publico o seguinte officio do consul geral de Portugal no Rio de Janeiro.

III.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Junto tenho a honra de remetter a v. ex.^a dois officios por copia, dos que me foram dirigidos pelo vice-consul de Portugal na cidade do Rio Grande do Sul, João Barbosa Coelho, narrando-me todas as circumstancias do naufragio da barca portugueza denominada *Leonor*, procedente do Porto, com passageiros e carga de sal, com destino para aquella praça, o qual naufragio teve lugar proximo á barra, n'uma praia cerca de quatro leguas distante da cidade, perecendo infelizmente dezesseis pessoas, e salvando-se a muito custo trinta e duas.

Como o supradito vice-consul me refere minuciosamente todas as circumstancias do sinistro, e o seu corportamento e de diversas pessoas em tão triste conjunctura, julgo que será conveniente que v. ex.^a mande publicar os citados officios por copia, por conterem mais minuciosos detalhes.

Deus guarde a v. ex.^a muitos annos. Consulado geral de Portugal no Rio de Janeiro, em 6 de dezembro de 1859.—III.^{mo} e ex.^{mo} sr. conselheiro Joaquim Larcher, director geral da repartição do commercio no ministerio das obras publicas.—Barão de Moreira, consul geral.

III.^{mo} e ex.^{mo} sr.—A barca portugueza *Leonor*, procedente do Porto com alguns passageiros, hontem no virar no mar por ter a atalaya abaido o signal de chamada, bateu no banco da barra, e abrindo agua, para salvaguarda da gente foi encallar na praia uma legua ao norte da mesma barra cerca de quatro leguas distante d'esta cidade. Logo que tive noticia do naufragio me entendi com o consignatario da dita barca, o qual deu as providencias ao seu alcance, e pela minha parte me dirigi ao capitão tenente encarregado do commando da barra para prestar todo o auxilio necessario, assim como a um proprietario que mais proximo ficava do lugar do sinistro, para dar agasalho, e socorros aos naufragos, por cuja despesa me responsabilizei.

As noticias que ha, é que de 40 e tantas pessoas que vinham, entrando tripulação e passageiros, salvaram-se talvez 30; inclusive o capitão, e perecendo as restantes. Aquelles que tiveram a fortuna de salvar-se, vieram para terra na lancha do navio, a qual não foi possível voltar para bordo em consequencia do mar estar muito agitado, e haver uma grande corrente de agua, sendo vistos da praia morrer tantos infelizes sem se lhes poder levar socorro!

O capitão tenente commandante da barra que logo se apresentou no lugar do sinistro com toda a sua marinhagem, e varios moradores visinhos d'aquelle lugar, expuseram-se aos maiores perigos para salvaguarda dos infelizes naufragos, não sendo por falta de grande dedicacão, e de humanidade, que uma parte d'elles pereceu. De accordo com o consignatario da embarcação, mandámos transportar, e estamos esperando os naufragos para os quaes temos preparado conveniente alojamento, e lhes serão prestados todos os auxilios, e socorros que houverem mister. Opportunamente farei mais detalhada participacão a v. ex.^a do que occorreu.

Deus guarde a v. ex.^a, vice-consulado de Portugal no Rio Grande do Sul, 19 de novembro de 1859. III.^{mo} e ex.^{mo} sr. barão de Moreira, consul geral de Portugal no Rio de Janeiro. (Assignado) João Barbosa Coelho, vice-consul.

Está conforme, Barão de Moreira, consul geral.

III.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Em additamento ao meu officio de 19 do corrente mez, cumpre-me participar

a v. ex.^a que em o naufragio da barca portugueza *Leonor*, salvaram-se 15 pessoas da tripulação, e 17 passageiros, perecendo 14 d'estes, e 3 d'aquella, inclusive o piloto. Logo que os naufragos chegaram a esta cidade, foram providos do mais necessario, fazendo-se uma subscrição entre os subditos portugueses para tão louvavel fim. Os passageiros seguiram seus destinos, e os tripulantes preferiram ficar no imperio, não accettando a offerta que lhes fiz de os mandar transportar para Portugal em conformidade com o regulamento consular.

A dita barca trazia uma carga de sal, e varias encomendas, o que tudo se perdeu: os salvados do navio constam da lancha, 2 escaleres, e alguns fragmentos do casco e aparelho, os papeis de bordo tambem se perderam.

A salvaguarda de 32 naufragos, foi devida á reso-

lucão que tomaram de se embarearem na lancha do navio, porque de terra nenhum socorro lhes poderam prestar, não obstante o generoso esforço de muitos individuos, que até chegaram a correr imminente perigo, distinguindo-se n'este corajoso empenho o capitão tenente José Pereira Pinto, commandante da praticagem da barra, e o hespanhol Romão, patrão de uma lancha.

Deus guarde v. ex.^a, vice-consulado de Portugal no Rio Grande do Sul, 27 de novembro de 1859. III.^{mo} e ex.^{mo} sr. barão de Moreira, consul geral de Portugal no Rio de Janeiro. (Assignado) João Barbosa Coelho, vice-consul.

Está conforme, Barão de Moreira, consul geral. Está conforme. Repartição do commercio e industria, em 4 de janeiro de 1860.—João Palha de Faria Lacerda.

DIRECÇÃO GERAL DO COMMERCIO E INDUSTRIA
REPARTIÇÃO DE AGRICULTURA

ALFANDEGA MUNICIPAL DE LISBOA

Mapa da entrada, existencia, e preços dos cereaes em dezembro de 1859, nos dias abaixo designados

	TRIGO		CEVADA		MILHO		CENTEIO		FARINHA	
	Mols	Alq.	Mols	Alq.	Mols	Alq.	Mols	Alq.	Mols	Alq.
Dia 29..... (Entrada, nacionaes.....)	59	27	1	12	2.528	38	1.090	38	12	40
..... (Existencia.....)	4.705	2	2.027	44	2.528	38	1.090	38	22	40
Dia 30..... (Entrada, nacionaes.....)	136	6	2.021	40	2.524	20	1.090	37	311	38
..... (Existencia.....)	4.692	28	2.021	40	2.524	20	1.090	37	311	38
Preços.....	560 a 860		390 a 430		400 a 500					

Repartição de agricultura, em 3 de janeiro de 1860.—Rodrigo de Moraes Soares.

TRIBUNAL DE CONTAS

No processo de julgamento da conta da responsabilidade de Fortunato Marinho Falcão de Castro, como escrivão servindo de sub-director da alfandega de Valença, no anno economico de 1854 a 1855, se preferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho na 1.ª secção do tribunal de contas: visto o relatório fl. 22, d'este processo, sobre a conta da responsabilidade de Fortunato Marinho Falcão de Castro, escrivão servindo internamente de sub-director da alfandega de Valença, relativa á sua gerencia do anno economico de 1854 a 1855: vista a liquidacão e ajustamento da sobredita conta a fl. 1 e 2; vistos os desenvolvimentos, informacões e recibos originaes comprovativos da mesma conta que decorrem de fl. 3 a fl. 21, mostra-se que a receita da sobredita alfandega de que se formou debito a este exactor, importará 2.466.648 réis de direitos arrecadados no citado periodo da sua gerencia, e de 230.510 réis, do producto de tomadias, deduzida a parte pertencente á fazenda, perfazendo ao todo o debito do responsavel, 2.696.653 réis; mostra-se mais: que ao mesmo responsavel foram creditados 2.501.579 réis, a saber: 2.303.694 réis de entregas que realisara por passagens de fundos no cofre central do districto de Vianna de Castello; e 198.810 réis, do que distribuira como producto de tomadias na conformidade da lei: vindo portanto a ser o saldo de sua conta no dia 30 de junho de 1855, 194.954 réis, que por balanço passara em debito á da sua gerencia do anno economico seguinte de 1855 a 1856. Mostra-se alem do referido: que ordenada a fl. 22 verso, a intimação do responsavel, se verificou esta na pessoa de D. Rosa de Sousa Marinho Falcão, viuvo do mesmo responsavel, como se vê a fl. 24 verso, sem que a intimação allegasse cousa alguma em sua defeza; e que visto o mais do processo julgam a conta de que se trata, devidamente liquidada e comprovada, e os representantes do fallecido Fortunato Marinho Falcão de Castro, sem responsabilidade para com a fazenda publica, quanto á gerencia do logar de sub-director da alfandega de Valença que o mesmo exerceu no periodo a que a sobredita conta se refere. Tribunal de contas, 20 de dezembro de 1859.—Lobo, relator.—Faiva Pereira.—Correia Caldeira.—Sampaio.—Fui presente, Blanc.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, em 3 de janeiro de 1860.—Castano Francisco Pereira Garcez.

No processo de julgamento da conta da responsabilidade da camara municipal do concelho de Barcellos no anno economico de 1849 a 1850, se preferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho na 2.ª secção do tribunal de contas: visto o presente processo de liquidacão da conta da camara municipal do concelho de Barcellos, pela sua gerencia no anno economico de 1849 a 1850; visto o orçamento de fl. 29 a 32; vista a conta do debito e credito d'esta gerencia; visto o auto de fl. 33 e edital de fl. 34; e vistas as informacões, mappa e demonstracões adjuntas da 2.ª direcção do tribunal; mostra-se que o debito da respectiva conta importa na quantia de 9.860.517 réis, sendo 1.384.5074 réis do saldo da conta do anno economico anterior de 1848 a 1849; 8.150.8021 réis pelos rendimentos de proprios, contribuições e cobrança de dividas; e 326.080 réis de receita extraordinaria; mostra-se que o credito importa na quantia de 8.251.808 réis pelas despesas obrigatorias e facultativas descritas na conta de fl. 374, resultando assim da comparacão do debito e credito da sobredita conta o saldo de réis 1.608.6267, que passou para a conta da gerencia do anno economico de 1850 a 1851; mostra-se comparando a despesa autorizada com a realisada que o excesso d'esta em relacão áquella fora devido ao pagamento de dividas passivas e obrigatorias a cargo do municipio, e ao pagamento de despesas urgentes e imprevistas, como se vê do mappa de fl. 371: o que tudo visto e ponderado e o mais que do processo consta, julgam bem e devidamente ajustada a conta da camara municipal do concelho de Barcellos relativa ao anno economico de 1849 a 1850, e os respectivos vereadores livres e quites de toda a responsabilidade que lhes resulta da gerencia do mesmo anno, passando para a gerencia do anno economico de 1850 a 1851 o referido saldo de réis 1.608.6267. 2.ª secção do tribunal de contas, 16 de dezembro de 1859.—Margiuchi, relator.—Lara.—Dr. Nogueira Soares.—Larcher.—Fui presente, Ramiro Continho.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, 3 de janeiro de 1860.—Castano Francisco Pereira Garcez.

No processo de julgamento da conta da responsabilidade de Manuel Joaquim de Pina, como sub-director que foi da alfandega de Portalegre, desde o 1.º de junho de 1846 até 31 de agosto do mesmo anno, se preferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho na 1.ª secção do tribunal de contas: visto o presente processo de liquidacão e ajustamento da conta da responsabilidade de Manuel Joaquim de Pina, como sub-director que foi da alfandega de Portalegre, desde o 1.º de junho de 1846 até 30 de agosto do mesmo anno. Visto o relatório fl. 10: bem como a conta corrente fl. 1 e 2, e os documentos comprovativos fl. 3 a fl. 11, e fl. 15 a fl. 20, mostra-se que ao responsavel se formou debito pela importancia de 4.535 réis, rendimento que dera entrada no cofre da alfandega a seu cargo; que ao mesmo responsavel fora credi-

tada uma igual quantia, que entregou por passagens de fundos no cofre central do districto; manifestando-se por ultimo a sua conta, perfeitamente ajustada e saldada. Mostra-se a fl. 14, ter sido este exactor intimado, para allegar o que se lhe offerecesse sobre a liquidacão da conta de que se trata; e porque o não fizesse, julgam em presenca do referido, e do mais do processo, legalmente ajustada e comprovada a mesma conta, e o sobredito Manuel Joaquim de Pina quite de toda a responsabilidade para com a fazenda publica, na qualidade de sub-director que foi da alfandega de Portalegre, no periodo que decorreu do 1.º de junho de 1846, até 31 de agosto do mesmo anno; declarando outrossim livres e desembaraçados quaesquer bens ou valores depositados, e extinctas as fianças, que o mesmo houtevesse prestado, para segurança e garantia da sua responsabilidade com relacão ao emprego e gerencia de que se trata. Tribunal de contas, 20 de dezembro de 1859.—Lobo, relator.—Faiva Pereira.—Correia Caldeira.—Sampaio.—Fui presente, Blanc.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, em 3 de janeiro de 1860.—Castano Francisco Pereira Garcez.

No processo de julgamento da conta da responsabilidade da camara municipal do concelho de Loulé, no districto de Faro, no anno economico de 1850 a 1851, se preferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho na 1.ª secção do tribunal de contas: visto o orçamento geral fl. 4 d'este processo, concernente á receita e despesa da camara municipal do concelho de Loulé, no districto administrativo de Faro, do anno economico de 1850 a 1851, visto provar-se pelo mesmo orçamento, competentemente approvado pelo conselho de districto, terem sido avaliados os rendimentos da sobredita municipalidade proprios d'aquelle anno economico em réis 2.999.895; visto finalmente o que dispõe o n.º 2 do artigo 11.º do decreto com força de lei de 19 de agosto de 1859, declararem não competir a este tribunal o julgamento da conta a que o presente processo se refere. Tribunal de contas, 20 de dezembro de 1859.—Lobo, relator.—Faiva Pereira.—Correia Caldeira.—Sampaio.—Fui presente, Blanc.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, 3 de janeiro de 1860.—Castano Francisco Pereira Garcez.

JUNTA DO CREDITO PUBLICO

2.ª repartição

A junta do credito publico faz saber que no dia 9 do corrente, e nas seguintes sextas feiras, ha de pagar os distratos do segundo semestre de 1859, dos titulos de divida distratada, creados pela carta de lei de 12 de agosto de 1853, e os juros do mesmo semestre das cautelas de donatarios vitalícios, e das apolices vitalicias das loterias reaes de 1801 e 1806. Contadoria geral da junta do credito publico, 4 de janeiro de 1860.—Ignacio Vergolino Pereira de Sousa,

Relatorio da epidemia da febre amarella em Lisboa, no anno de 1857, feito pelo conselho extraordinario de saude publica do reino, creado por decreto de 29 de setembro de 1857. (Continua)

FEBRE AMARELLA NO PORTO EM 1856

Nos quatro annos seguintes a 1851 não appareceu na cidade do Porto mais caso algum de febre amarella; porém no de 1856 houve ali outra manifestação da mesma febre, com circumstancias muito semelhantes ás do anno de 1851.

Os primeiros doentes ainda são guardas da alfandega e do contrato do tabaco, que haviam assistido á descarga dos dois navios vindos do Brazil, *Manuel 1.º* e *Monteiro 1.º*. Um d'estes guardas falleceu a 27 de julho, tendo sido atacado a 23, epocha de que deve datar o principio da epidemia. E contudo provavel que desde o dia 21 ou 22 tivessem sido atacados um empregado bragal da alfandega, um sargento, um soldado, e a concubina do sargento, casos que a principio só foram dados como suspeitos.

A 3 de agosto officiava ao governo o general das armas, dando parte de que na guarnição apparecia uma febre de mau caracter. As conferencias a esse tempo havidas no hospital militar marcavam já a verdadeira natureza da doença, capitulando-a de febre amarella. O delegado de saude, convidado a visitar este hospital, achou alem de 3 casos, claramente pronunciados, outros 3 que declarou suspeitos. Soube dos doentes que todos haviam estado no caes da alfandega, assistindo á descarga dos navios.

Adoptaram-se então algumas providencias, como foram a de remover os objectos suspeitos, a limpeza dos navios e outras; mas o mal, posto que lentamente, e em pequena escala, foi tomando incremento. Os atacados eram individuos das tripulações dos navios, ou outros que iam ali trabalhar; eram pessoas de Miragaia ou que ali se demoravam durante o dia, e praças da guarnição que tinham feito guardas na alfandega e assistido á descarga dos navios.

Em distancia d'este centro de acção epidemica só constou que adocesse da molestia uma creada de servir no largo do S. Domingos, e outro individuo que foi atacado em 23 de agosto no caminho do Porto para Villa do Conde, onde morreu a 28, com os symptomas mais característicos da febre amarella. Este individuo porém residia no Porto, no sitio chamado —De cima do muro— proximo do rio, e que faz parte do districto então affectado pela epidemia. A bordo do navio *Lima 1.º* tambem adoeceu um guarda da alfandega.

Entre os navios infeccionados, e provavelmente no-

importadores, ainda tornou a apparecer neste anno o *Duarte 4.º*, que trouxe desta vez muita gente em mau estado de saude, o que havia excitado serias apprehensões no publico.

Na guarnição começou a epidemia com mais certeza a 26 de julho. Até 1 de agosto tinham adoecido 15 praças, e fallecido 6. Em todo o tempo da epidemia adoeceam 27, das quaes se curaram 17, e falleceram 10.

O hospital civil recebeu 21 atacados, entre os quaes apparece o cirurgião da *Bella Portuense*, e um capitão inglez William Briston. Falleceram 16, e curaram-se 5.

O numero total dos atacados, de que houve conhecimento official, foi 120:—92 homens, 28 mulheres;—27 militares, 20 maritimos: A molestia começou claramente de 23 a 27 de julho, e os ultimos casos foram em 2 de outubro. Em resultado curaram-se 57 individuos, e falleceram 53.

A historia medica de alguns casos, enviada do Porto ao conselho de saude, não deixa duvida sobre a natureza da doença em tudo identica á do anno de 1851. Fizeram-se autopses, e o relatorio de uma, tambem enviado ao conselho, confirma aquelle diagnostico. A degeneração amarella do fígado, o induto escuro da mucosa gastro-intestinal, lesões tão caracteristicas da febre amarella, são ali claramente descriptas.

Como havia succedido na epidemia de 1851, tambem na de 1856 uma galera brasileira, a *Pontida*, saiu do Porto, e se lhe desenvolveu a epidemia a bordo. Teve muitos doentes de febre amarella durante a viagem, dos quaes sete foram morrer ao hospital do Rio de Janeiro. O cirurgião do navio foi victima. O que tudo constou das participacões officiaes do consul portuguez no Rio de Janeiro.

Entre as providencias que se tomaram, por occasião d'esta epidemia no Porto, figura a de fazer sair a barra todos os navios suspeitos, que então existiam no Douro, e de fazer mergulhar os que não podiam effectuar essa saída. Assim foi ordenado telegraphicamente pelo conselho de saude em 2 de setembro. A ordem alicou no Porto grande resistencia de uma parte do corpo do commercio, a qual em termos desabridos reagiu e representou contra a medida ordenada e contra as autoridades sanitarias. O governo julgou então conveniente ouvir a opinião de mais alguns medicos da capital, para que reunidos ao conselho de saude permanente, e tomando conhecimento do caso, propozessem as medidas que houvesse a adoptar, e em particular emittissem o seu parecer sobre a conveniencia de fazer sair do Porto, ou mandar mergulhar, os navios reputados infeccionados. Nesta reunião, que teve lugar na secretaria d'estado dos negocios do reino no dia 11 de setembro, presidida pelo ministro d'esta repartição, e a que assistiram alguns dos outros ministros, tomou-se conhecimento das pegos officiaes, relativas ao objecto, e das informacões fornecidas pelos membros presentes; e á vista de tudo decidiu-se que a molestia fora bem caracterizada da febre amarella, e que os navios, reputados infeccionados, deviam sair a barra do Porto sem mais delonga, ou serem mergulhados. Repetiu-se com effecto para o Porto a ordem que já tinha sido dada a respeito dos navios suspeitos, e teve a final completa execução.

E deploravel a luta que por estas occasiões se estabelece entre as autoridades sanitarias e o corpo do commercio. Evita-la de todo não será facil; mas ha de vir a ser muito menor quando se alcançar uma organização mais perficada da repartição de saude, e que tenha á sua disposição os indispensaveis meios de execução, que até agora lhe tem faltado.

CHOLERA-MORBUS EM PORTUGAL DE 1853 ATÉ 1856

A cholera-morbus que depois de 1833 havia poucado Portugal, não o tendo feito a tantos outros povos da Europa, appareceu em Hespanha em 1853, atacando successivamente, desde Vigo, onde primeiro se mostrou, diferentes povoações da Galizia até Tuy. Ameaçou assim de perto a nossa fronteira, onde effectivamente penetrou por Valença no mez de dezembro de 1853, e repetiu em maio do anno seguinte. Foram tanto n'uma como n'outra occasião pequenas demonstrações, que não se estenderam alem d'aquelle ponto da provincia do Minho.

De agosto a novembro de 1854 appareceram do mesmo modo amagacadas e mais notavelmente invadidas outras partes do reino visinhas á nossa raia, e quando a epidemia cholérica assolava as povoações proximas em Hespanha. Assim a epidemia invadiu n'esses mezes, no Algarve, Ollhão, Villa Real de Santo Antonio, Castro Marim, Montegordo e Tavira, tocando tambem no Alentejo, ainda que levevemente, em Mertola, Elvas e Campo Maior, como consta do respectivo relatorio do conselho de saude permanente, publicado em 1855.

Estas manifestações epidemicas pareceram extinctas no fim do anno de 1854; mas infelizmente não o estavam. O germen cholérico que havia penetrado em Portugal, desenvolvendo-se de novo, fez sentir a sua influencia na maior parte das povoações do norte e do sul do reino, nos annos de 1855 e 1856, até bater ás portas da capital, onde penetrou em 1855, fazendo sua maior explosão em 1856.

Em Lisboa já em 1855 appareceram muitas affecções do canal digestivo com vomitos e diarrhea. Ninguém lhe chamava ao principio cholera, nem cholera, nem tão pouco diarrhea cholérica, mas alguns facultativos viam n'estas affecções a avanzada da terrivel epidemia que devastava as outras povoações do reino, e avisavam o governo para a esperar; e para isso se tomavam as necessarias providencias. Já se tinham tomado em 1848 e 1849, e os prognosticos, que então pareciam bem fundados, felizmente não se verificaram. Mas em 10 de outubro de 1855 appareceu o primeiro caso de cholera bem claro na enfermaria de Santa Margarida, no hospital de S. José, e depois seguiram-se mais n'essa mesma enfermaria e em outras; e na cidade em diferentes ruas e bairros, sem relacão apreciavel de uns para com outros doentes. A epidemia não tomou n'este anno notavel desenvolvimento.

Até ao fim de dezembro o hospital de S. José tinha tido apenas 54 casos, e d'estes 33 fataes. Em dois outros hospitais especiaes que por essa occasião se abriram só houve 6 casos. Na pratica civil tambem poucos houve. Parece que a molestia não pôde desenvolver o seu furor pelo adiantamento da estação invernos. Mas a proporção da mortalidade no hospital de S. José tida sido grande, talvez porque o maior numero eram doentes que já existiam no hospital, com molestias pela maior parte graves, e outros tinham entrado de fora em muito mau estado, alguns moribundos. Ainda que se marca o primeiro caso d'esta pequena epidemia cholérica em 10 de outubro, consta contudo que já antes, desde o mez de agosto, tinha apparecido um caso de cholera asiatica, de que se não fez menção, por ter sido isolado, e parecer sporadico. A molestia não parou aqui durante o inverno, pois que nos mezes de janeiro, fevereiro, março e abril de 1856 continuaram a entrar doentes cholericos, posto que em pequeno numero, no hospital de S. José, e na pratica civil tambem eram vistos alguns.

É certo porém que, nos primeiros quinze dias do mez de março, o hospital de S. José não recebeu doente algum cholérico. Os casos, durante estes mezes, ainda que pouco numerosos, eram contudo perfeitamente caracterisados, e a proporção da mortalidade desfavoravel. E em quanto a molestia continuava durante o inverno sem desenvolvimento no-

tavel na capital, apparecia nos seus arredores em diversas povoações fazendo bastantes estragos. Assim acontecia em Sacavem, Alverca, Alhandra, Villa Franca, Pontevel, Val da Pinta, Cartaxo, Santarém, Barreiro, Seixal, Palmella, Amora, Arrentella, Aldeia de Paio Pires, Cozimbra, Setúbal, Alcaer do Sal, e em outras terras do reino, tanto ao norte como ao sul da capital.

O inverno de 1855 para 1856 foi notavel pelas copiosas chuvas, e pelas tristissimas e escassas colheitas que se seguiram, principalmente de cereaes. No anno de 1855, segundo as notas do conselheiro Franzini, caíram 1.330 millimetros de agua, isto é, mais do duplo do que cêe em um anno regular. Nos primeiros 11 dias de janeiro de 1856 caíram 182 millimetros, isto é, mais do duplo que compete á totalidade do mez; e o anno de 1856 foi dos mais escassos que ultimamente tem havido em productos agricolas.

Em abril d'este mesmo anno o numero de casos de cholera já augmentava, eram muitos os casos de cholera e de diarrheas cholericas, e percebia-se na multiplicidade das irritações do canal digestivo, ainda pouco proprias d'aquella quadra do anno, que a affecção cholérica ia tomar incremento. Os casos que então appareciam não estavam circumscripitos em uma rua, ou mesmo em uma freguezia, eram porém mais numerosos no districto oriental do que no occidental da cidade. N'este tempo as povoações da visinhança da capital, que tinham sido antes affectadas, estavam em descance. No mez de maio a epidemia continuou no seu desenvolvimento, e nos primeiros dias d'este mez atacou com força os doentes do hospital de S. José. No mez de junho o numero de casos era maior, e a molestia vexava mais o lado occidental; mas é digno de notar-se que o centro da cidade era poupado. De modo que a maior força epidemica não correu gradualmente do lado oriental, mas salto, por assim dizer, de uma para outro lado; apparecendo contudo casos no centro da cidade, mas em pequeno numero. Até ao principio de agosto a molestia foi em augmento; no dia 1.º de agosto o numero dos casos registados foi 227, d'ahi até ao fim do mez foi em rapida declinação, havendo no ultimo do mez só 16. Mas o numero de casos de cholericas e diarrheas cholericas era muito grande.

Nas visinhanças de Lisboa declarava-se então a epidemia com mais ou menos violencia. Pedrouços, Monsanto, Bemfica, Carnide, Lumiar, Olivares, Sacavem, tiveram bastantes casos e graves; e mesmo Bellas e Cintra, que serviam de refugio a muitas familias, não foram completamente isentas. Em outras terras do reino tambem a molestia fazia estragos; os districtos de Santarém e Leiria primeiro, e depois Portalegre, Beja, Evora, Castello Branco, Coimbra, Aveiro e a ilha da Madeira, foram consecutivamente atacados. Parecia que a molestia pela maneira com que diminuiu em agosto ia ter em Lisboa completa terminação nos primeiros dias de setembro; entretanto continuou em todo o mez a haver ataques que sommaram 217 casos de cholera. No mez de outubro ainda appareceram alguns, e no mez de novembro a epidemia cholérica estava extincta completamente. O numero dos fallecidos de cholera em Lisboa, desde outubro de 1855 até novembro de 1856 foi de 3.275. O numero dos fallecidos nos hospitais foi 1.156.

As medidas então adoptadas para occorrer á epidemia na capital foram: a rigorosa execução de todas as providencias relativas á limpeza de ruas, praças, saguões, escadas, habitações, á venda de comestiveis em lojas e mercados, á policia de entranças, e todas as que se dirigiam a socorrer os doentes, e mesmo evitar e prevenir os ataques, ou ao menos fazer, por meio de um prompto tratamento, que elles não tomassem desenvolvimento mais perigoso. Para esse fim se estabeleceram 11 postos medicos com 28 facultativos; 6 hospitais especiaes; 2 delegados de saude, e 51 sub-delegados, os quaes soccorriam os doentes em suas casas, vigiavam a policia sanitaria, faziam visitas domiciliarias preventivas, mandando limpar e desaccumular as habitações, soccorrendo logo os doentes que apresentavam symptomas premonitores, e tratando-os em casa, ou mandando-os para os hospitais, conforme as suas circumstancias o exigiam; accrescendo ainda a isto o serviço que faziam nos postos medicos.

Os socorros de remedios, alimentos, roupas, etc., eram fornecidos pelo governo e pelas commissões parochiaes, que n'esta occasião prestaram excellentes serviços. Tendo o anno sido escasso em colheitas, os mantimentos estavam caros; estabeleceu-se pois uma sopa economica, que foi de grande auxilio para os pobres, e de bom exemplo para ser continuado mesmo em circumstancias ordinarias. E pôde dizer-se que o serviço sanitario e os socorros publicos e particulares attenuaram muito os effectos da epidemia

commettimentos, que o chefe do districto deve es- forçar-se em emprender e realizar no desempenho do seu honroso, quanto difficil, encargo.

«A acção da autoridade desenvolve-se em be- neficio publico, nos diversos ramos da administração politica, civil e litteraria.

«Fiel ao throno constitucional do illustre monar- cha que felizmente preside aos destinos da nação, coadjuva as rectas intenções do governo, o seu sys- tema politico, e os seus sentimentos a favor d'estes habitantes.

«Na manutenção da paz e ordem publica exerce activa vigilancia, por maneira que a segurança das pessoas e da propriedade seja effectivamente man- tida, descansando ao abrigo da lei e da attenção dos seus agentes.

«No serviço de beneficencia procura attender o seu alcance humanitario por meio de trabalhos consci- ciosos, neste sentido dirigidos com zelo e perseve- rança.

«E para o devido augmento da instrucção popu- lar, fiscalisa o exercicio das funções do magiste- rio, inspeciona as escolas, examina o seu estado, e estuda as suas necessidades, relatando e propondo os poderes superiores tudo o que for conveniente e se mostre mais adequado a um fim tão justo e proveitoso.

«Se acrescentarmos incessante diligencia para conseguir a satisfação das necessidades existentes com referencia á viação publica e aos interesses in- dustriais, empregando toda a actividade na solução dos negocios do serviço publico, e proseguindo no caminho do desenvolvimento de um districto, que offerece condições tão favoráveis á exploração e aper- feiçoamento da agricultura, teremos em fim a acção da autoridade devidamente exercida nas suas ten- dencias mais salutar e beneficencia.

«Tal é, senhores, o fim a que me proponho, to- mando sobre mim o governo civil do importante districto de Portalegre.

«Para elevar-me á altura da missão que me está confiada debedei são as minhas forças, mas é po- deroso o auxilio que rogo e espero dos vossos bons conselhos, da leal coadjuvação dos magistrados, cor- pos administrativos, autoridades e funcionarios, e da efficaz cooperação de todas as influencias e il- lustrações, que, quando divergentes em opiniões, não deixarem de ser unanimes em dedicação á causa publica.

«A minha ambição cifra-se em ser util a estes povos, promovendo todo o possível melhoramento nas condições economicas e administrativas do dis- tricto.

«Identificado desde já com os verdadeiros in- teresses dos meus administrados, peço a sua adhesão e confiança porque assim me darão mais força para o bom exito do meu empenho pela sua prosperi- dade.

«Portalegre, 9 de dezembro de 1859.—O con- selheiro governador civil, Nicolau Anastacio de Be- tencourt.

Porto—Na sexta feira ultima reuniu-se a assem- bleia geral da companhia *Perseverança*, diz o *Com- mercio do Porto*, sob a presidencia do dr. José Al- ves de Oliveira.

A direcção apresentou um relatório do estado da companhia, em vista do qual a assembleia autori- sou a mesma direcção a contrahir um emprestimo, ou pedir a seus accionistas uma prestação para sup- rir os meios necessarios para a continuação dos trabalhos de lavra e exploração de suas importan- tes minas de antimonio e estanho que a companhia possui nos sitios de Val de Acha, e Rebordosa.

Segundo dizem as folhas portuenses o rio Douro ainda levava agua turva, mas está quasi no seu es- tado normal.

NOTICIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos jornaes de Madrid até 31 de dezem- bro, de Paris até 25, e da Belgica até 27.

O governo hespanhol recebeu do theatro da guer- ra os seguintes despachos telegraphicos:

Centa, 29 de dezembro (com atraso).—O com- mandante em chefe do exercito da Africa ao minis- tro da guerra.—Acampamento do Serralho, 29 de dezembro de 1859, ás 6 horas da tarde.—A fim de desobstruir uma parte do caminho de Tetuão, para facilitar a passagem da artilheria, saiu esta manhã um batalhão da divisão de reserva, movi- mento que se operou sem aggressão alguma da parte do inimigo; porém, á uma hora da tarde, fui ataca- do por muitos mouros, que contive sem, todavia, interromper os trabalhos do caminho de Tetuão.

O inimigo verificou um movimento sobre a ala di- reita do terceiro corpo, carregando com forças im- ponentes, o que contribuiu para que alguns bata- lhões do mesmo corpo, o qual fora convenientemen- te avisado, avançassem, notando-se nessa operação uma brilhante carga, dada por um batalhão que rechasou os mouros, até aos bosques d'onde saíra o seu movimento.

O inimigo figurou um ataque na ala direita da nossa linha, porém apenas disparou alguns tiros. Realizou-se o objecto do movimento, e o inimigo foi victoriosamente rechagado, soffrendo graves per- das. Não podemos ainda calcular ao certo as nos- sas, porém supponho que ficaram feridos 40 ou 60 homens, sendo mortos alguns outros. Toda a ope- ração foi dirigida pelo general Ros, com o acerto e pericia que todos lhe conhecem.

Algeciras, 30 de dezembro.—O commandante ge- ral das forças navas de operações ao ministro da marinha.—Bombardio hontem (29 de dezembro), á 1 hora e 10 minutos da tarde, com as forças na- vas ás minhas ordens, os fortes da entrada do rio de Tetuão. Extingui completamente os seus fogos, e incendiou o forte do norte. A acção durou uma hora.

Não soffri perdas algumas porque as pontarias do inimigo foram altas, cruzando todas as suas ba- las o nosso aparelho.

Alem d'estes, a *Correspondencia de Espana* pu- blica os seguintes:

DESPACHOS TELEGRAPHICOS
Marselha, 30 de dezembro.—Chegou o paquete que traz as noticias da China, trazendo a bordo os almirantes Rigault de Genouilly, e Regnaud.

Foi traduzido em italiano, e circula por toda a Italia, o folheto que tem por titulo o *papa e o con- gresso*.

O ministro da fazenda, em Roma, viu-se obri- gado a emitir consolidados pelo dobro da quantia annunciada.

O rei de Naples enviou uma condecoração ao chefe da policia, que foi ferido em Palermo.

Vienna, 30.—A *Gazeta de Vienna* publica uma disposição do imperador para supprimir o sorteio proximo, por se achar completo, pelos voluntarios, o numero de alistados.

Paris, 30.—A subscrição para os feridos e para as familias dos mortos, na Italia, monta a 5.880.000 de francos.

Os 3 % continuam baixando, por causa do fo- lheto. A *Patrie* diz que o auctor d'esse trabalho teve em vista esclarecer a questão, mas que só ao congresso pertence resolve-la.

A primeira reunião do congresso só terá lugar a 15 ou 20 do corrente, porém deu-se ordem para que os plenipotenciarios sejam recebidos em França com as honras devidas á sua classe.

A *Correspondencia de Espana* diz saber, por via

fidedigna, que o congresso não terá a sua primeira reunião no dia 20 do corrente. As deliberações fo- ram adiadas para mais tarde, sendo todavia igno- rado o motivo d'esse adiamento indefinido.

Continua a mesma incerteza quanto ás nomeações dos representantes, por parte dos estados romanos, das Duas Sicilias e da Hespanha.

A nomeação do cardeal Antonelli, que os jornaes davam como positiva, é posta em duvida desde que foi publicada a brochura *o papa e o congresso*, to- davia nenhuma informação positiva faz suppor que a santa sé se abstenha de tomar parte n'essa reu- nião, pelo simples facto da publicação precitada. Quanto ás Duas Sicilias, todas as probabilidades são a favor de Antonini e Carrofi. Finalmente, quanto á Hespanha, o jornal francez *La Patrie*, afir- ma que Martinez de la Rosa recusou o mandato de primeiro plenipotenciario, attenta a sua idade avançada. Duas combinações estão actualmente em discussão: ou Calderon Collantes, ministro dos ne- gocios estrangeiros, substituirá Martinez de la Rosa e terá a Mon para segundo plenipotenciario; ou pelo contrario, Mon será nomeado primeiro plenipotenciario, tendo para o coadjuvar d'Ayllon, ministro de Hespanha em Vienna. Até hoje não consta cousa alguma acerca da attitudde que a Hespanha tenciona adoptar no congresso.

Uma correspondencia de Berlin dá alguns pro- menores relativos ás disposições da Prussia, n'essa reunião. Segundo essa correspondencia, os delega- dos do governo prussiano não tomarão a iniciativa de nenhuma proposta; apreciarão as que forem apre- sentadas pelas partes interessadas, e darão a prefe- rencia á que lhes parecer mais pratica, tanto de- baixo do ponto de vista dos interesses da legiti- midade, como de baixo do ponto de vista do principio das nacionalidades.

HESPANHA

A *Correspondencia de Espana* diz ser de todo in- exacta a noticia, ultimamente transmittida pelo te- legrapho, de que o governo inglez dera ordem aos seus agentes em Hespanha, para desistirem das re- clamações pecuniarias feitas pela Inglaterra ao go- verno hespanhol. «Sabemos, pelo contrario, diz o jornal hespanhol, que continuam as reclamações do ministro inglez e as conferencias para a liquidação das quantias que a Hespanha possa dever...»

—O general O'Donnell visita com o maior in- teresse os hospitaes de feridos, cuidando em que lhes não falte cousa alguma, e dirigindo aos que mais se distinguiram no combate palavras de con- solação que fazem no coração d'esses valentes sol- dados o mesmo effeito que os medicamentos appli- cados aos seus ferimentos. N'uma d'essas visitas, o general O'Donnell mandou entregar um duro a cada soldado ferido.

—A esquadra hespanhola, que deve operar nas costas de Marrocos, constitue tres divisões, que se compõem dos seguintes navios:

1.ª divisão—Vapor *Vasco Navez de Balboa*; nau *Reina Isabel II*; vapor *Isabel II*; corveta *Villa de Bilbao* e vapor *Santa Isabel*.

2.ª divisão—Fragata *Princesa de Asturias*; fraga- ta *Blanca*; vapor *Vulcano*; vapor *Léon* e vapor *Alerta*.

3.ª divisão—Vapor *Piles* e as galcoas a helice *Buenaventura*, *Ceres* e *Rosalba*.

(La Correspondencia de Espana.)

FRANÇA

Consta, por uma carta de Alberto Cohn, de Pa- ris, que o conde Walewski, ministro dos negocios estrangeiros da França, deu ordem aos consules francezes, ao longo da costa, para que concedam passaportes para a Argelia a todos os judeus que abandonem Marrocos. Alem d'isso, o conde de Cha- seloup Launay, ministro da Argelia e das colonias, declarou a Cohn que tenciona facilitar por todos os meios a emigração d'esses infelizes para Argelia. Elle deve propor um plano a esse respeito e sub- mette-lo á approvação do imperador dos francezes. Logo depois serão transmittidas pelo telegrapho in- struções n'esse sentido, tanto ao general Martem- prey como ás outras autoridades de Oran.

ARGELIA

Depois da brilhante campanha comprehendida con- tra as tribus rebeldes da fronteira argelina de Ma- rocos, tão rapidamente concluida pelo commandante em chefe das forças de terra e do mar na Argelia, as posições de Sidi-Zaher foram reforçadas, a fim de se evitar a repetição de ataques contra os es- tabelecimentos francezes.

Como se sabe, a tomada das alturas de Ain-Taf- fourat, deu em resultado a submissão dos contin- gentes que se tinham revoltado, por instigação do *scheriffe* de Ouedha. Os proprios maias se submette- ram, porém o general em chefe fez depender o maior de condições tanto mais severas quanto maior era a parte que esses indigenas tinham tomado nos crimes perpetrados contra os francezes. A maior parte da sua tribu comprehendem que não podia re- sistir e acceitou a lei do vencedor. Todavia, uma fracção, a de Caddou-Ben-Salah, não quiz submet- ter-se ás condições impostas, e de novo recorreu ás armas.

Apenas se recebeu noticia d'essa insurreição, o general Deligny, commandante interino da divisão de Oran, partiu para Isly com uma columna de 625 soldados de cavallaria e 500 de infantaria. Ten- do partido de Sidi-Zaher, no dia 19 de dezembro ultimo, esse official general regressou no dia se- guinto ao quartel general, depois de derrotar com- pletamente os revoltosos na planicie dos Angades. A victoria foi das mais completas; as armas e es- tandartes do inimigo ficaram em poder dos solda- dos francezes, bem como 2.000 carneiros, 400 bois, 20 cavallos, 15 camellos e as barracas de cam- panha. O numero dos mortos de Caddou-Ben-Salah, não é inferior a 50 homens; os outros fugiram ou ficaram feridos. As perdas dos francezes foram pouco importantes.

(La Presse.)

NOTICIAS COMMERCIAES

PREÇO MEDIO DOS GENEROS NOS MERCADOS REGULADORES

DISTRICTO DE EVORA

Semana finda em 3 de dezembro

EXTREMOZ

Trigo, alqueire.....	3550
Centeio, dito.....	3450
Milho, dito.....	3450
Covada, dito.....	3375
Aveia, dito.....	3220
Feijão branco, dito.....	3580
» amarello, dito.....	3580
» frade, dito.....	3625
Grão de bico, dito.....	3750
Fava, dito.....	3490
Chicharro, dito.....	3380
Batata, arroba.....	3290
Azeite, almude.....	3450
Vinho, dito.....	13250

Semana finda em 10 de dezembro

Trigo, alqueire.....	3640
Centeio, dito.....	3450
Milho, dito.....	3460
Covada, dito.....	3375
Aveia, dito.....	3390
Feijão branco, dito.....	3590
» amarello, dito.....	3590
» frade, dito.....	3625
Grão de bico, dito.....	3750
Fava, dito.....	3490

Chicharro, dito.....	3310
Batata, arroba.....	3220
Azeite, almude.....	2350
Vinho, dito.....	13250

EVORA

Semana finda em 3 de dezembro

Trigo branco, alqueire.....	3560
» barbellá, dito.....	3560
» barba preta, dito.....	3560
» tremez, dito.....	3560
Milho, dito.....	3400
Centeio, dito.....	3500
Covada, dito.....	3400
Feijão branco, dito.....	13300
» amarello, dito.....	13300
» frade, dito.....	3580
Chicharro, dito.....	3440
Fava, dito.....	3440
Batata, arroba.....	3240
Azeite, almude.....	13700
Vinho, dito.....	13400

Semana finda em 10 de dezembro

Trigo branco, alqueire.....	3560
» barbellá, dito.....	3560
» barba preta, dito.....	3560
» tremez, dito.....	3560
Milho, dito.....	3480
Centeio, dito.....	3500
Covada, dito.....	3400
Feijão branco, dito.....	13300
» amarello, dito.....	13300
» frade, dito.....	3580
Fava, dito.....	3440
Batata, dito.....	3240
Azeite, almude.....	13800
Vinho, dito.....	13400

MONTE-MÓR DO NOVO

Semana finda em 3 de dezembro

Trigo branco, alto.....	3550
» barbellá, dito.....	3550
» barba preta, dito.....	3550
» tremez, dito.....	3550
Milho, dito.....	3480
Centeio, dito.....	3500
Covada, dito.....	3360
Feijão branco, dito.....	13000
» amarello, dito.....	13000
» frade, dito.....	3550
Fava, dito.....	3500
Batata, dito.....	3180
Azeite, almude.....	13600
Vinho, dito.....	13200

Semana finda em 10 de dezembro

Trigo branco, alqueire.....	3550
» barbellá, dito.....	3550
» barba preta, dito.....	3550
» tremez, dito.....	3550
Milho, dito.....	3480
Centeio, dito.....	3500
Covada, dito.....	3360
Feijão branco, dito.....	13000
» amarello, dito.....	13000
» frade, dito.....	3550
Fava, dito.....	3500
Batata, dito.....	3180
Azeite, almude.....	13750
Vinho, dito.....	13200

REGUENGOS

Semana finda em 3 de dezembro

Trigo branco, alqueire.....	3580
» barbellá, dito.....	3580
» barba preta, dito.....	3580
» tremez, dito.....	3580
Centeio, dito.....	3480
Covada, dito.....	3400
Feijão branco, dito.....	13000
» amarello, dito.....	13200
» frade, dito.....	3700
Chicharro, dito.....	3400
Fava, dito.....	3240
Batata, dito.....	3240
Azeite, almude.....	23000
Vinho, almude.....	13600

Semana finda em 10 de dezembro

Trigo branco, alqueire.....	3580
» barbellá, dito.....	3580
» barba preta, dito.....	3580
» tremez, dito.....	3580
Centeio, dito.....	3480
Covada, dito.....	3400
Feijão branco, dito.....	13000
» amarello, dito.....	13200
» frade, dito.....	3700
Chicharro, dito.....	3400
Fava, dito.....	3240
Batata, dito.....	3240
Azeite, almude.....	23000
Vinho, almude.....	13600

NOTICIAS SCIENTIFICAS

OBSERVATORIO METEOROLOGICO

INFANTE D. LUIZ

NA ESCOLA POLYTECHNICA

ANEMOMETRO (VENTO)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	THERMOMETRO (TEMPERATURA)	BAROMETRO (PRESSÃO)
Ramos	Por 100	Grãos C.	Millimetros
9 m.	757,34	15,5	94,9
3 t.	756,44	15,3	99,5

DIA 3.

Maxima—temperatura.....	16,1 C.
Minima.....	14,4
» de noite.....	9,5
Ozono.....	10,0
Chuva (adometro).....	7,7 mil.
Evaporação (vapormetro).....	4,8
Altura barometrica.....	
Altitude do barometro 95,1 metros.	
Temperatura á sombra.....	

MOVIMENTO MARITIMO

BARRA DE LISBOA

Dia 4 de janeiro de 1860

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Maria Helena, brigue portuguez, capitão F. R. Setubal, da ilha de S. Thiago de Cabo Verde em 17 dias, com semente de purgueira, á viúva de J. B. Burnay; 12 pessoas de tripulação, e 1 mala.

Frederico, patacho portuguez, capitão J. G. Soares, da ilha da Madeira em 4 dias, em lastro, a A. J. de Oliveira; 9 pessoas de tripulação, e 1 mala.

EMBARCAÇÃO SAÍDA

Brazil, paquete portuguez a vapor, cap. L. A. da Silva, para as ilhas, da Madeira, e S. Vicente de Cabo Verde, Pernambuco, Bahia, e Rio de Janeiro, com azeite, cebolla e mais generos; 95 pessoas de tripulação, e 54 passageiros. Foi registado hontem e saiu hoje, tendo-se demorado na enseada de Paço d'Arcos.

Bordo do vapor *Infante D. Luiz*, em frente de Belem, em 4 de Janeiro de 1860.—J. J. Cecilia Kol, capitão-tenente, commandante.

BARRA DO DOURO

(Boletim do telegrapho da foz de 4 de janeiro de 1860)

DIA 5

Nem entrou nem saiu embarcação alguma, nem se avistou fóra da barra.

O mar está agitado.

O vento esteve SO. tempestuoso, agora O. regular. Direcção geral dos telegraphos do reino, em 4 de janeiro de 1860.—O director geral, J. B. da Silva.

BARRA DE AVEIRO

Dia 4 de janeiro de 1860

(DESPACHO TELEGRAPHICO)

Participo que hoje não saiu nem entrou embar- cação alguma.

Vento do 3.º quadrante fresco, mar agitado.

O capitão do porto—Domingos Roberto d'Aguiar.

BARRA DE SETUBAL

Dia 3 de janeiro de 1860

(DESPACHO TELEGRAPHICO)

N'este dia não entrou nem saiu embarcação al- guna.

Capitania do porto de Setubal, 4 de janeiro de 1860.—H. Thompson, capitão do porto.

BARRA DE VIANNA DO CASTELLO

Dia 4 de dezembro de 1860

(DESPACHOS TELEGRAPHICOS)

A barra de Vianna do Castello está boa em con- sequencia das grandes correntes que traz o rio Li- ma, das copiosas chuvas que tem caído.

A restinga d'arcia do Cabedello tem-se desfeito mais, alargando-se e profundando a barra. Está mau o tempo, e muito mar.

EMBARCAÇÃO ENTRADA

Restaurado, hiate portuguez, mestre João José de Puy, de Lisboa, com fazendas; 6 pessoas de tri- pulação, e 1 passageiro.

Vianna, 4 de janeiro de 1860.—O capitão do porto, João Verissimo Maximo da Cruz, capitão de fragata.

BARRA DE FARO E OLHÃO

Dia 3 de janeiro de 1860

(DESPACHOS TELEGRAPHICOS)

Fóra da barra não existe nem se avista embar- cação alguma.

Grande rolo de mar no banco da barra. Horizonte carregado e curto, vento variavel mais e menos forte no quadrante do SO.

Intendencia de marinha do departamento do sul do reino, 3 de janeiro de 1860.—Manuel Thomaz da Silva Cordeiro, intendente.

BARRA DE VILLA NOVA DE PORTIMÃO

Dia 1 de janeiro de 1860

(DESPACHOS TELEGRAPHICOS)